



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE SISTEMAS E INFORMAÇÃO

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
– BIÊNIO 2010/2011 –

DSI/CGU-PR

Junho/2010

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	3
1.2. ESTRUTURA DO PDTI.....	3
1.2.1. Apresentação de atividade e projetos	3
1.2.2. Recursos Necessários	3
1.3 APROVAÇÃO DO PDTI	4
2. GOVERNANÇA DE TI	5
2.1. ARQUITETURA ATUAL	5
2.2. ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6
3. APRESENTAÇÃO DE ATIVIDADES E PROJETOS	7
3.1. ATIVIDADES E PROJETOS RELACIONADOS COM A ÁREA DE RELACIONAMENTO COM UNIDADES.....	7
3.1.1. Gestão do Relacionamento com as Unidades.....	7
3.1.2. Projeto: Aprimoramento dos processos implantados na DSI	8
3.1.3. Projeto de melhoria da comunicação interna e externa da DSI	9
3.1.4. Projeto ProPrevine.....	11
3.2. ATIVIDADES E PROJETOS DA ÁREA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA.....	12
3.2.1. Equipe de Gestão de Ativos e Fornecedores:	12
3.2.2. Equipe de Gestão de Suporte Técnico	13
3.2.3. Equipe de Gestão de Serviços de Usuários	14
3.2.4. Equipe de Gestão de Projetos de Rede	18
3.2.5. Equipe de Gerenciamento de Rede.....	24
3.2.6. Equipe de Segurança	28
3.2.7. Equipe de Administração de Rede.....	35
3.3. ATIVIDADES E PROJETOS DA ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	37
3.3.1. Manutenção do Sistema SGI	37
3.3.2. Novo Ativa	39
3.3.3. Portal da Transparência	42
3.3.4. Business Intelligence	43
3.3.5. Manutenção do Sistema ATIVA	44
3.3.6. Sistema CGU-PAD	45
3.3.7. Serviço de Concessão de Acesso aos sistemas informatizados	46
3.3.8. Base de Dados de Pessoal.....	46
3.3.9. Página de Transparência Pública	47
3.3.10. Sítio da CGU na Internet	48
3.3.11. Intranet.....	50
4. RECURSOS NECESSÁRIOS.....	52
4.1. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS.....	52
4.2. PROJETO/ATIVIDADE X RECURSOS HUMANOS.....	53
4.3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO ESTIMADOS.....	54
4.3.1. Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica	54
4.3.2. Coordenação-Geral de Informação	55

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI apresenta as diretrizes estratégicas da Diretoria de Sistemas e Informação (DSI) da Controladoria-Geral da União (CGU), para os exercícios 2010 e 2011, visando garantir o cumprimento de suas atribuições institucionais. Abrange aspectos como:

- Contextualização da infraestrutura e dos recursos disponíveis;
- Descrição das atividades de suporte técnico e apoio à infraestrutura de TI;
- Planejamento dos produtos e serviços que serão fornecidos pela Diretoria a outras unidades da CGU, descrito de modo consolidado, visto que está integrado ao PAM 2010/2011 (Plano de Ações e Metas da CGU), no qual há o detalhamento, prazos e cronogramas dos projetos;
- Exposição das necessidades de capacitação de pessoal, a ser suprida com a realização de treinamentos e cursos específicos;
- Estimativa dos recursos humanos, orçamentários e financeiros para cumprimento dos projetos e atividades descritos no presente Plano.

1.1. Contextualização

A DSI possui três áreas de atuação:

- Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica – SITEC – responsável pelos projetos de infraestrutura tecnológica e pela disponibilização de serviços de TI para toda a CGU;
- Coordenação-Geral de Informação – SIINF – responsável pelo desenvolvimento de sistemas de informação, apresentando projetos que visam, dentre outros aspectos, gerenciamento de dados e automação das atividades no âmbito da CGU; e
- Área de Relacionamento com Unidades – RU – estrutura de assessoria localizada no Gabinete da Diretoria, é responsável pela interface entre as unidades demandantes da CGU e a DSI, relativamente à comunicação e acompanhamento das demandas dirigidas à Diretoria.

1.2. Estrutura do PDTI

1.2.1. Apresentação de atividade e projetos

A seção traz o planejamento da DSI para os anos 2010 e 2011, dividido nas seguintes subseções:

- **Iniciativas Relacionadas à Governança de TI** – Contempla as iniciativas de aperfeiçoamento dos processos e atividades com vistas à implantação da Governança de TI baseada no modelo CobiT. São apresentados tópicos de introdução, estado atual, interações previstas e ações propostas, além de ligação entre os projetos e o CobiT;
- **Atividades e Projetos da Área de Relacionamento com Unidades** – apresenta as atividades relacionadas à gestão do relacionamento entre a DSI e as demais áreas de CGU, usuárias de sistemas e serviços de TI, bem como os projetos de melhoria de processos da DSI vinculados ao PETI 2010-2012;
- **Atividades e Projetos da Área de Infra-Estrutura Tecnológica** – engloba a introdução, estado atual, interações previstas e ações propostas para os projetos de iniciativa da SITEC; e
- **Atividades e Projetos da Área de Sistemas e Informação** – engloba a introdução, estado atual, interações previstas e ações propostas para os projetos de iniciativa da SIINF.

1.2.2. Recursos Necessários

Esta seção está dividida nas seguintes subseções:

- **Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos** – Relaciona os programas de atualização / desenvolvimento profissional dos servidores da DSI, necessários para a consecução do PDTI;
- **Quadro de Necessidade de Recursos Humanos** – Apresenta o quantitativo de servidores necessários para a realização dos projetos e atividades como previstos neste PDTI; e
- **Recursos Orçamentários e Financeiros Estimados** – Apresenta estimativa dos recursos necessários à realização das proposições do PDTI.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

1.3 Aprovação do PDTI

Este PDTI foi submetido à avaliação do Comitê de Tecnologia da Informação da Controladoria-Geral da União, conforme previsto na Portaria nº. 263, de 04 de fevereiro de 2010, que o instituiu. Após análise das sugestões apresentadas pelo referido Comitê, o PDTI foi encaminhado à aprovação do Exmo. Senhor Secretário-Executivo da CGU.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

2. GOVERNANÇA DE TI

Governança de TI é a estrutura composta por processos interrelacionados, por meio da qual as organizações dirigem e controlam a gestão da informação, o suporte e as tecnologias a ela associadas, assegurando a máxima agregação de valor aos objetivos de negócio e o adequado balanceamento entre riscos e retorno sobre os investimentos.

O CobiT (*Control Objectives for Information and related Technology* [1]), é um modelo construído com o propósito de auxiliar a implantação da Governança de TI, provendo, dentre outros aspectos, suporte aos objetivos de negócio, boas práticas sobre processos, auxílio na otimização dos recursos e investimentos e gerenciamento dos riscos da TI.

Desta forma, a DSI tem como uma das principais metas a utilização do Cobit para melhoria de seus processos, de forma a atingir o nível 3 de maturidade – métrica usada pelo modelo citado para aferir o estágio de desenvolvimento dos processos de gestão numa escala que varia de 0 a 5. Tanto a SITEC quanto a SIINF apresentam, no presente documento, planejamento de projetos que viabilizam a implantação dos controles necessários à Governança de TI.

Iniciado em 2007, o processo de implantação obteve como resultado a elevação do nível de maturidade das equipes da Diretoria de Sistemas e Informação, como pode ser comprovado pela GAP Analysis, realizada ao final de 2009, que indicou nível 2 de maturidade na maioria dos processos avaliados.

Com base na experiência acumulada nessa implantação, observamos como principais dificuldades para implantação da Governança de TI no âmbito da CGU, primeiramente, as perdas de recursos humanos – decorrentes, basicamente, da aprovação em concursos públicos para outros órgãos –, que têm esvaído a capacidade de manter a qualidade dos serviços assumidos, levando os servidores remanescentes ao limite do esgotamento físico e psicológico. A situação resta agravada ao se constatar que grande parte dos ex-servidores era responsável pela implantação de sistemas e serviços da área de TI, levando consigo a expertise construída ao longo do desenvolvimento das soluções – o que exige ainda mais daqueles que assumem a tarefa sem deter o mesmo nível de conhecimentos, e ainda tendo que responder pelas atividades que já vinham conduzindo.

Também sobressaem em desfavor da Governança de TI no âmbito da CGU as limitações orçamentárias para a área, que têm gerado lacunas tecnológicas em prejuízo dos usuários dos serviços e sistemas oferecidos. Ademais, a ausência de planejamento orçamentário decorrente da imprevisibilidade de dotação financeira eleva o esforço nos processos de contratação de bens e serviços de TI. Essas mesmas restrições orçamentárias geram, ainda, dificuldades para a devida capacitação dos servidores responsáveis pelo suporte a sistemas e serviços de área, inviabilizando a melhoria dos processos de trabalho e a internalização de tecnologias que melhorariam o desempenho e a disponibilidade das soluções de TI. Tal situação concorre para a desmotivação do pessoal, diante da constatação de que a economia de milhões de reais por ano com a internalização de serviços não viabiliza a alocação de valores mínimos para suprir as necessidades de treinamento das equipes.

Como mitigador das dificuldades expostas, busca-se a formalização de políticas e procedimentos com base nas disciplinas do ITIL (Information Technology Infrastructure Library). Desse modo, os 15 processos já formalizados por meio de Ordens de Serviço têm garantido a qualidade mínima nos serviços e sistemas de TI. Os relatórios de autoverificação têm apresentado as dificuldades no cumprimento das Ordens de Serviço, e também mobilizado as equipes na observância das boas práticas ali registradas.

2.1. Arquitetura Atual

A arquitetura tecnológica da DSI está baseada principalmente em plataforma baixa, gerida pelos próprios servidores. No entanto, no tocante à utilização de software, essa arquitetura é mista, já que utiliza tanto softwares livres quanto proprietários.

O desenvolvimento de sistemas é baseado nas plataformas Java,.Net, PHP e Zope/Plone utilizando-se dos SGBDs SQL Server e MySQL.

Os *sites* sob responsabilidade da DSI na internet possuem arquitetura diversificada, com predominância na plataforma ASP/SQL Server. Na intranet, a solução adotada foi o Zope/Plone.

O sistema ATIVA, que visa apoiar as atividades de auditoria e fiscalização da CGU, está em plataforma Natural/ADABAS (mainframe), gerida por fornecedor externo e em processo de conversão, pela DSI, para a plataforma Java/SQL Server.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

A gestão de infraestrutura utiliza intensamente ferramentas e sistemas operacionais livres. Os serviços básicos de rede (sistema de diretórios, de autenticação de usuários e compartilhamento de recursos de rede) estão implementados por meio de softwares de livre licenciamento, com destaque para o Fedora Directory Server, o Samba e a distribuição CentOS do sistema operacional Linux.

Traduzida em números, a infraestrutura de TI da CGU contempla:

- 56 equipamentos servidores (incluindo appliances), sendo 30 instalados no DF e 26 nos Estados;
- 88 servidores virtuais, sendo que os mais críticos estão hospedados em solução de processamento em lâminas (Blade);
- 1 contrato para “colocation” em centro de dados externo, no qual estão instalados 4 equipamentos servidores (já incluídos nos números acima);
- 3005 estações de trabalho;
- 610 notebooks;
- 649 impressoras (laser e jato de tinta);
- 216 ativos de rede (switches e access points);
- capacidade de armazenamento centralizada de 50Tbytes.

A arquitetura de servidores e serviços de TI inclui a virtualização de servidores como tecnologia fundamental no sentido de aperfeiçoar o uso dos recursos e ampliar sua disponibilidade.

2.2. Estratégias de alocação de mão-de-obra

Especificamente no âmbito da Coordenação-Geral de Informação-SIINF, a Diretoria de Sistemas e Informação considera que as atividades de Coordenação do Desenvolvimento de Sistemas, Planejamento, Controle de Qualidade, Homologação de Soluções e Gestão de Contratos devem ser exercidas exclusivamente por servidores do quadro efetivo da CGU. De outro modo, sempre que possível, as atividades de Levantamento de Requisitos, Análise e Design, Codificação e Testes serão terceirizadas.

No âmbito da Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica-Sitec, a coordenação das atividades das áreas de Administração/Produção, Segurança, Projetos de Rede e Gestão de Contratos será exercida exclusivamente por servidores do quadro efetivo da CGU. Por outro lado, sempre que possível, as atividades de monitoração, operação básica, help desk e suporte de 1º e 3º nível serão terceirizadas.

Em decorrência da adição de novos sistemas e da imensa quantidade de serviços informatizados na rede corporativa da CGU, disponibilizados aos usuários internos e externos, tem se registrado vertiginoso aumento da demanda para manutenção e suporte na infraestrutura e serviços de rede. Grande parte das atividades fundamentais para funcionamento da CGU está relacionada e dependente dos serviços disponíveis em sua rede de computadores, de maneira que a indisponibilidade desses serviços produz impacto direto sobre o seu desempenho institucional.

A diversidade de produtos e serviços funcionando de maneira integrada e interagindo com soluções providas por diferentes fabricantes confere alta complexidade ao ambiente, o que requer da equipe técnica grande esforço no sentido de mantê-lo íntegro e disponível. Este cenário demanda sobremaneira a qualidade do suporte aos sistemas e serviços.

O quadro funcional responsável pela administração, implementação, manutenção, monitoração e suporte desses recursos, mesmo que preparado tecnicamente para assumir tais atribuições, é insuficiente para atender e manter todos os serviços existentes, e ainda se dedicar à evolução tecnológica do ferramental existente e a novos projetos.

É notório que, dentre as diversas tarefas que envolvem os processos mencionados, muitas, ainda que essenciais, são rotineiras e de baixa complexidade, e que poderiam ser delegadas a uma força de trabalho menos onerosa à administração, liberando os recursos próprios e mais qualificados para se dedicarem àquelas tarefas que, por vezes, ficavam em segundo plano. Face ao exposto, adotou-se como estratégia a elaboração de contratação da espécie, a ser realizada e implantada no biênio 2010/2011. Os projetos de terceirização já em andamento serão apresentados com detalhes nos respectivos itens de Plano Diretor.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3. APRESENTAÇÃO DE ATIVIDADES E PROJETOS

3.1. Atividades e Projetos relacionados com a Área de Relacionamento com Unidades

3.1.1. Gestão do Relacionamento com as Unidades

Atividades:

As principais atividades da área de RU estão relacionadas à interface com as áreas usuários de TI e a gestão de suas demandas através do Processo de Gestão de Demandas – PGD, o que compreende:

- Coordenar o tratamento inicial para todas as demandas que chegam a DSI, que consiste na triagem das demandas e verificação - junto com as áreas executoras da diretoria - da viabilidade da execução da demanda, sua estimativa inicial de esforço e enfileiramento para execução, segundo sua natureza e prioridade estabelecida pelo Comitê de TI.
- Acompanhamento do andamento das demandas, usando datas limite estabelecidas para os marcos de cada demanda e facilitando a comunicação entre as unidades demandantes e a DSI, para que essas unidades se mantenham informadas da execução dos trabalhos e negociem escopo e prazos adequados para mudanças ao longo do projeto.
- Conclusão adequada das demandas, que compreende as formalidades de entrega dos serviços e produtos da DSI em contrapartida à homologação pelas unidades demandantes.
- Assessoramento ao gabinete da DSI para planejamento e decisões de nível estratégico, por meio de consultas, elaboração de produtos de planejamento (como Plano Diretor de Informática e Plano Estratégico), relatórios e cronogramas de andamento das atividades e projetos de toda a DSI e outros.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT relacionados diretamente com o projeto são:

PO6 - Comunicar objetivos/direção da TI

- PO6.1 Política de TI e Ambiente de Controle;
- PO6.4 Distribuição da Política;
- PO6.5 Comunicação dos Objetivos e Diretrizes de TI;

PO10 – Gerenciar Projetos

- PO10.1 Estrutura de Gestão de Programas;
- PO10.2 Estrutura de Gestão de Projetos;

ME2 – Monitorar/Avaliar Desempenho interno de TI

- ME1.1 Abordagem de Monitoramento
- ME1.2 Definição e Coleta dos Dados de Monitoramento;
- ME1.3 Método de Monitoramento;
- ME1.4 Avaliação de Desempenho;
- ME1.5 Relatórios para a Alta Direção;
- ME1.6 Ações Corretivas.

Estado Atual

Atualmente, a RU recebe todas as demandas de serviços, sistemas e equipamentos de TI, registra no aplicativo Eventum, encaminha para a Coordenação-Geral responsável, acompanha e presta informações, sobretudo via e-mail, às unidades demandantes e às equipes responsáveis. Além disso, a Unidade assessora a Diretoria na elaboração e acompanhamento do Plano Estratégico de TI – PETI e do Plano Diretor de Informática (PDI), ajustados anualmente.

Para a consecução de suas funções, que englobam o tratamento de grande quantidade de demandas de TI com foco na otimização dos recursos disponíveis e na vinculação das decisões de TI aos resultados

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

projetados pelo Órgão, verifica-se a necessidade de aparelhar a RU com ferramentas adequadas de planejamento e gestão de portfólio.

Ações Propostas:

- Criar mecanismos para monitorar o índice de satisfação dos usuários de TI em relação aos sistemas desenvolvidos e aos serviços prestados;
- Avaliar sistematicamente a eficiência da DSI quanto ao atendimento das demandas priorizadas pelo Comitê de TI;
- Adquirir software de gestão de portfólio e acompanhamento sistemático das demandas encaminhadas à DSI;
- Envolver o Comitê de TI na elaboração da proposta orçamentária da DSI, bem como na articulação para o suprimento dos recursos orçamentários necessários;
- Sistematizar o planejamento e acompanhamento da execução orçamentária da DSI.

3.1.2. Projeto: Aprimoramento dos processos implantados na DSI

Introdução:

A Governança de TI envolve aperfeiçoamento contínuo das pessoas, processos e ferramentas, de forma a garantir o alinhamento das ações e projetos de TI às diretrizes da CGU, minimizando riscos e promovendo a transparência nos investimentos realizados na área.

A melhoria dos processos existentes na Diretoria, bem como a implantação de novos, faz parte da iniciativa de implantação de Governança de TI através do framework CobiT, que busca garantir maior efetividade no atingimento dos objetivos institucionais da DSI.

Para o atendimento de alguns objetivos de controle do CobiT é imprescindível a contínua evolução dos processos implantados, com base em resultado de avaliações periódicas de conformidade, de forma a adequá-los ao nível de maturidade da DSI.

O aprimoramento da Governança de TI é uma das metas proposta no Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira – ProPrevine.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT relacionados diretamente com a projeto são:

PO4 – Definir Processos

- PO4.1 Estrutura de Processos de TI
- PO4.14 Políticas e Procedimentos para Pessoal Contratado
- PO4.5 Estrutura Organizacional de TI

ME2 – Monitorar e Avaliar os Controles Internos

- ME2.1 Monitoramento da Estrutura de Controles Internos
- ME2.4 Autoavaliação dos Controles
- ME2.7 Ações Corretivas

ME 4 – Prover Governança de TI

- ME4.1 Estabelecimento de uma Estrutura de Governança de TI
- ME4.2 Alinhamento Estratégico
- ME4.6 Medição de Desempenho

Estado Atual

Por meio da última avaliação do nível de maturidade CobiT, realizada ao final de 2009, verificou-se que a maturidade da DSI em Governança elevou-se do nível 1 para o nível 2. No entanto, há notável descompasso de maturidade entre processos distintos ou, para o mesmo processo, entre unidades executoras distintas, o que torna o projeto importante para corrigir tais desníveis e aprimorar a Governança de TI na CGU como um todo. Assim, a promoção da Governança – alinhamento do trabalho da Diretoria com a estratégia da CGU – não é suficiente para o aprimoramento da DSI se não vier

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

acompanhada de esforços pontuais em cada processo que a compõe.

Atualmente, dispomos de 12 processos de trabalho na DSI, definidos pelas 15 Ordens de Serviço a seguir relacionadas que estabelecem políticas, processos e orientações aos trabalhos das equipes da Diretoria:

OS 02 Institui Política e Processo de Gerenciamento de Eventos
OS 04 Institui Política e Processo de Homologação de Software OS 34 Controle de Ativos de TI
OS 81 Define os produtos e serviços da equipe de Administração de Dados
OS 98 Política de Uso da Solução BDI-CGU
OS 113 Institui Política e Processo de Gerenciamento de Configuração
OS 114 Institui Política e Processo de Gerenciamento de Incidentes
OS 120 Política e Processo de Gerenciamento de Mudanças
OS 121 Política de Gerenciamento de Segurança
OS 122 Processo de Desenvolvimento de Software
OS 124 Processo de Atualização de Softwares Microsoft
OS 125 Política de Gerenciamento de Certificados Digitais
OS 126 Processo de Gestão de Projetos
OS 133 Política de Backups

Segundo apurou-se na última avaliação de conformidade dessas Ordens de Serviço, a maior parte das recomendações ainda se encontra em nível médio de adesão (5 com alto nível de adesão, 7 com médio nível e 2 com nível baixo). Uma das razões para os problemas de não conformidade é a insuficiência do esforço dedicado à implantação e evolução desses processos, o que compromete a respectiva avaliação periódica e dificulta sua aplicabilidade em equipes distintas, especialmente daqueles com abrangência em toda a DSI, como é o caso do PGP-DSI - Processo de Gestão de Projetos.

Ações Propostas:

- Implantar *gap analysis* anual do COBIT para avaliação do nível de maturidade dos processos de TI;
- Avaliar semestralmente o nível de conformidade dos processos implantados;
- Identificar os pontos de fragilidade nos processos para adequá-los ao nível de maturidade da DSI e das Unidades da CGU;
- Avaliar semestralmente o nível de maturidade Cobit da Diretoria;
- Garantir atualização tempestiva da documentação dos processos;
- Identificar necessidades de desenvolvimento de novos processos e promover sua modelagem e formalização;
- Promover a capacitação dos líderes e servidores em cursos que envolvam gestão e Governança de TI;
- Garantir disponibilidade orçamentária para capacitação correspondente a pelo menos 1 % da folha de pagamento da DSI;
- Acompanhar os grupos de trabalho responsáveis pelos processos existentes, principalmente PGD, PDS e PGP, de forma a garantir a implantação das revisões identificadas e propostas;
- Adquirir ferramentas de apoio à Governança de TI.

3.1.3. Projeto de melhoria da comunicação interna e externa da DSI

Introdução:

Constatada a necessidade de aprimorar a comunicação interna e externa no âmbito da DSI, conforme consignado no PETI 2010-2013, propõe-se o desenvolvimento de Projeto de Melhoria da Comunicação na DSI, além da divulgação, de forma tempestiva e transparente, dos resultados das ações relacionadas à Tecnologia da Informação.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT relacionados diretamente com o projeto são:

PO2 – Definir Arquitetura da Informação

- PO2.1 Modelo de Arquitetura da Informação da Organização;

PO6 - Comunicar objetivos/direção da TI

- PO6.1 Política de TI e Ambiente de Controle;
- PO6.4 Distribuição da Política;
- PO6.5 Comunicação dos Objetivos e Diretrizes de TI;

PO10 – Gerenciar Projetos

- PO10.1 Estrutura de Gestão de Programas;
- PO10.2 Estrutura de Gestão de Projetos;

Estado Atual

A DSI possui em torno de 70 servidores, distribuídos em mais de 10 equipes, executando vários projetos de software e infraestrutura, em diferentes tecnologias, para atender aproximadamente 6 unidades demandantes. Esse contexto, com perspectiva de se ampliar ainda mais, tem gerado dificuldades de comunicação interna na Diretoria e também desta com as demais Unidades, em prejuízo do andamento dos projetos e, por conseguinte, da imagem da DSI.

Da análise da situação, verifica-se, primeiramente, que a própria organização funcional da Diretoria impõe barreiras à comunicação entre equipes, dificultando a execução de projetos simultaneamente por duas ou mais áreas.

No tocante à comunicação da DSI com o meio externo, também se verifica dificuldades no fluxo de informações, dado que, mesmo a Diretoria dispondo de área específica para relacionamento com as unidades demandantes (Área de Relacionamento com Unidades – RU), ainda se verifica alguns contatos diretamente com as equipes executoras, gerando transtornos e perda de tempo na execução de projetos. Ademais, apesar da disponibilização, na IntraCGU, de informações sobre a execução das demandas, a atualização desses registros ainda não é feita com a tempestividade e detalhamento suficientes.

Observa-se, pois, a importância de promover ações de melhoria no tocante à comunicação interna e externa da DSI, que, realizada de maneira eficiente, contribuirá para a evolução da área e seu reconhecimento pela CGU.

Ações Propostas:

- Modelar e formalizar processo para melhoria da comunicação interna e externa da DSI;
- Realizar enquetes periódicas para avaliação dos serviços e sistemas e desempenho da DSI frente à expectativa dos usuários de TI da CGU;
- Implantar avaliações gerenciais e de desempenho funcional;
- Promover ações para divulgação interna e antecipada da ocorrência de eventos de interesse na APF;
- Divulgar integralmente a proposta/execução orçamentária da DSI na IntraCGU;
- Divulgar tempestivamente, na IntraCGU, a situação das demandas e cronogramas de desenvolvimento de sistemas pela DSI;
- Divulgar e capacitar os servidores da CGU na utilização das soluções de TI disponibilizadas.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3.1.4. Projeto ProPrevine

Introdução:

Com a missão institucional de aprimorar a gestão pública por meio do combate à corrupção e do acompanhamento sistemático dos gastos públicos, a Controladoria vem mantendo negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento visando a celebração de acordo de cooperação para financiamento do Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira, cujo foco é a ampliação das frentes de atuação do Órgão junto aos gestores públicos e sociedade. Para consecução do objetivo específico relacionado com melhoria do ferramental, dos sistemas e dos recursos tecnológicos utilizados nas atividades da Instituição, está prevista a atuação da DSI nos cinco grupos de ações definidos para o Programa.

Integração com o CobiT

Não se aplica.

Estado Atual

O Programa será coordenado pela Secretaria-Executiva – responsável pela interlocução com o BID, pelo acompanhamento das atividades internas e pela consolidação dos resultados – e deve ter início ainda no segundo semestre de 2010, a partir da elaboração do planejamento e cronograma físico-financeiro para sua execução.

A DSI responderá pela validação técnica de soluções tecnológicas que venham a ser desenvolvidas ou adquiridas no âmbito do ProPrevine, com o subsídio das Unidades demandantes. Contudo, ainda não foi prevista a alocação de recursos humanos específicos para o projeto, o que se mostra indispensável, já que o quadro hoje disponível está totalmente absorvido pelas atividades prioritizadas.

Ações Propostas:

- Encaminhar proposta de ampliação do quadro de pessoal;
- Elaborar, em conjunto com as Coordenações-Gerais, os artefatos do Projeto a cargo da DSI;
- Acompanhar o levantamento de requisitos e a elaboração, pelas demais Unidades envolvidas, dos artefatos referentes a ações que envolvam a DSI;
- Conduzir as aquisições de tecnologia (sistemas, serviços e equipamentos) no âmbito do Programa.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3.2. Atividades e Projetos da Área de Infraestrutura Tecnológica

3.2.1. Equipe de Gestão de Ativos e Fornecedores:

Atividades:

As principais atividades desta equipe são:

- Gestão do CATI – Controle de Ativos de Tecnologia da Informação (sistema de informação que integra inventário de hardware e software da CGU);
- Acompanhamento de todos os processos de contratação e de execução de contratos de TI no âmbito da SITEC;
- Controle sobre a movimentação de ativos de TI (hardware e software) entre as unidades da CGU;
- Inventário anual de TI – levantamento in loco de equipamentos de TI, unidades e usuários responsáveis;
- Controle e registro dos softwares homologados pela DSI e respectivos Termos de Autorização de Uso;
- Distribuição de equipamentos, acessórios e dispositivos de TI em geral, fruto de processos de contratação, após os trâmites de incorporação ao patrimônio da CGU;
- Destinação de equipamentos de TI danificados e/ou obsoletos para desfazimento;
- Assessoramento à Coordenação-Geral da SITEC nas atividades administrativas necessárias à gestão da unidade.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da equipe de Gestão de Ativos e Fornecedores são:

AI3 – Adquirir e manter infraestrutura tecnológica

- AI3.1 – Plano para a aquisição, implementação e manutenção da infraestrutura tecnológica
- AI3.2 – Implementação de segurança e garantir a disponibilidade dos recursos de infraestrutura

DS2 – Administrar Serviços de Terceiros

- DS2.1 – Identificar os relacionamentos com todos os fornecedores
- DS2.2 – Administrar o relacionamento com fornecedores
- DS2.3 – Gerenciar risco associado a fornecedores

DS5 – Garantir a segurança dos sistemas

- DS5.5 – Monitorar, supervisionar e testar segurança
- DS5.9 – Prevenir, detectar e corrigir software malicioso

DS9 – Gerenciar a Configuração

- DS9.1 – Repositório de configuração e valores de referência
- DS9.2 – Identificação e Manutenção de Itens de Configuração
- DS9.3 – Revisão de Integridade da Configuração

Ações Propostas:

- Priorizar o uso do sistema CATI, bem como demandar e acompanhar a realização de correções e melhorias na ferramenta;
- Propor, à Diretoria, processo formal de Gestão de Contratação e Execução.

Projetos:

Pela natureza de suas atribuições, esta equipe, por via de regra, não conduz projetos de TI.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3.2.2. Equipe de Gestão de Suporte Técnico

Atividades:

As principais atividades desta equipe são:

- Gestão do contrato de empresa prestadora de serviços de informática em Brasília e nos Estados (1º e 3º níveis de suporte);
- Gerenciamento dos equipamentos e materiais de informática guardados no depósito da DSI no Edifício Darcy Ribeiro;
- Gestão dos contratos de equipamentos e materiais de TI destinados a usuários (estações de mesa, portáteis, impressoras, dentre outros);
- Apoio na realização de testes de aceitação de equipamentos e materiais de TI adquiridos pelo Órgão
- Gestão do estoque de cartuchos, toner e demais suprimenros das impressoras instaladas na Controladoria.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da equipe de Gestão de Suporte Técnico são:

AI3 – Adquirir e manter infraestrutura tecnológica

- AI3.2 – Implementação de segurança e garantir a disponibilidade dos recursos de infraestrutura
- AI3.3 – Manutenção da infraestrutura tecnológica

AI5 – Adquirir recursos de TI

- AI5.3 – Seleção de fornecedores
- AI5.4 – Aquisição de recursos

DS2 – Gerenciar serviços de terceiros

- DS2.2 – Administrar o relacionamento com fornecedores
- DS2.3 – Gerenciar risco associado a fornecedores
- DS2.4 – Monitorar o desempenho de fornecedores

DS5 – Garantir a segurança dos sistemas

- DS5.5 – Monitorar, supervisionar e testar segurança
- DS5.9 – Prevenir, detectar e corrigir software malicioso

DS8 – Gerenciar Service Desk e Incidentes

- DS8.1 – Service Desk
- DS8.2 – Registro de Solicitações de Usuários
- DS8.3 – Escalonamento de Incidentes
- DS8.4 – Fechamento de Incidentes
- DS8.5 – Relatórios e Análises de Tendências

DS11 – Gerenciar dados

- DS11.2 – Procedimentos de armazenamento e retenção
- DS11.3 – Sistema de administração de bibliotecas de mídias

Ações propostas:

- Aprimorar, de forma contínua, as atividades executadas.

Projetos:

Pela natureza de suas atribuições, esta equipe, em geral, não conduz projetos de TI.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3.2.3. Equipe de Gestão de Serviços de Usuários

Atividades:

As principais atividades desta equipe são:

- Homologação de software básico;
- Atualização de softwares Microsoft das estações de trabalho, notebooks e servidores;
- Gerenciamento e atualização de software antivírus;
- Suporte técnico e operacional avançado (2º nível) aos usuários dos serviços de:
 - Correio Eletrônico;
 - Mensageria Instantânea;
 - Certificação Digital;
 - Videoconferência;
 - Telefonia VoIP;
 - Câmeras de vídeo do berçário do Edifício Darcy Ribeiro.
- Gestão de contratos de TI;
- Condução dos processos de aquisição de soluções, equipamentos e materiais de TI destinados a usuários.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da Equipe de Gestão de Serviços de Usuários são:

AI2 Adquirir e Manter Software Aplicativo

- AI2.5 – Configuração e Implementação de Software Aplicativo Adquirido

AI3 Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia

- AI3.1 – Plano de Aquisição de Infraestrutura Tecnológica
- AI3.3 – Manutenção da Infraestrutura

AI4 – Habilitar Operação e Uso

- AI4.3 – Transferência de Conhecimento aos Usuários Finais
- AI4.4 – Transferência de Conhecimento às Equipes de Operações e Suporte

DS2 Gerenciar Serviços Terceirizados

- DS2.1 Identificação do Relacionamento com Todos os Fornecedores
- DS2.2 Gestão do Relacionamento com Fornecedores
- DS2.3 Gerenciamento de Riscos do Fornecedor
- DS2.4 Monitoramento de Desempenho do Fornecedor

DS5 – Garantir a segurança dos sistemas

- DS5.4 – Gerenciar contas de usuários
- DS5.5 – Monitorar, supervisionar e testar segurança
- DS5.9 – Prevenir, detectar e corrigir software malicioso
- DS5.10 – Segurança de rede

Ações propostas:

- Otimizar o atual processo de atualização de softwares Microsoft nas máquinas da Rede CGU;
- Otimizar a monitoração do serviço de antivírus, por meio da definição e documentação de procedimentos, bem como da criação de manuais e realização de treinamentos para as demais

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

equipes da Coordenação envolvidas e técnicos de suporte do Órgão;

- Analisar as atualizações de software disponibilizadas pelo desenvolvedor do serviço de mensageria instantânea e implantá-las nas estações de trabalho da Rede CGU, após homologação;
- Possibilitar o atendimento de todas as necessidades de serviços dos usuários com relação à mensageria instantânea, vídeoconferência e certificação digital por meio do sistema Acesso e/ou pela Central de Atendimento;
- Aquisição de soluções, equipamentos e materiais de TI destinados a usuários, que viabilizem a atualização e/ou ampliação do parque tecnológico do Órgão, com especial destaque à substituição de equipamentos fora de garantia;

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.3.1 Homologação do Windows 7 Business

Introdução

Com o lançamento do Windows 7 pela Microsoft, em substituição ao Windows Vista, é necessário realizar a homologação do novo sistema operacional, com o objetivo de realizar os ajustes necessários para que sua integração à Rede-CGU, visto que as próximas aquisições de equipamentos do Órgão terão o Windows 7 como sistema operacional padrão.

Integração com o CobiT

O processo e o objetivo de controle do CobiT associados à atividade de Homologação do Windows 7 Business são:

AI2 – Adquirir e Manter Software Aplicativo

- AI2.5 – Configuração e Implementação de Software Aplicativo Adquirido

Estado Atual

Esta versão de sistema operacional está em processo de homologação, já tendo sido analisado o cliente antivírus, o cliente do firewall Aker, a inserção da máquina no domínio e o mapeamento de unidades de rede.

Ações Propostas

- Efetuar os ajustes necessários para que as máquinas com Windows 7 se conectem à Rede-CGU automaticamente, especialmente no que se refere ao login script e aos servidores de domínio e arquivos e impressão;
- Realizar testes com os softwares antivírus, cliente Aker e Cacic e instalação de impressoras.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.3.2 Atualização Remota de Aplicativos

Introdução

Com o objetivo de manter o parque de computadores com as versões mais atuais dos softwares aplicativos, de forma a minimizar vulnerabilidades e incorporar novas funcionalidades, faz-se necessário implantar ferramenta que centralize a realização/controle da atualização de aplicativos de diferentes fabricantes.

Integração com o CobiT

O processo e o objetivo de controle do CobiT associados ao projeto de atualização remota de aplicativos são:

AI4 – Habilitar Operação e Uso

- AI4.4 – Transferência de Conhecimento às Equipes de Operações e Suporte

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Instruir processo licitatório para a contratação da referida ferramenta, após análise das soluções disponíveis no mercado e/ou utilizadas por outros Órgãos do Governo.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.3.3 Fax Virtual

Introdução

Com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica, suprimentos, papel e linhas telefônicas, estudar-se-á o Projeto de Fax Virtual implantado pela Caixa Econômica Federal, no qual um equipamento servidor centraliza as funcionalidades de fax.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de atualização remota de aplicativos são:

AI1 – Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 – Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia

- AI3.4 – Viabilidade do Ambiente de Teste

AI4 – Habilitar Operação e Uso

- AI4.3 – Transferência de Conhecimento aos Usuários Finais
- AI4.4 – Transferência de Conhecimento às Equipes de Operações e Suporte

AI7 – Instalar e Homologar Soluções e Mudanças

- AI7.1 – Treinamento
- AI7.3 – Plano de Implementação

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Conhecer o projeto implantado pela CEF;
- Elaborar estudo de viabilidade de implantação na Rede CGU.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.3.4 Otimização de Estações de Trabalho

Introdução

Com o objetivo de melhorar o desempenho dos diferentes modelos de estação de trabalho, pretende-se criar uma “imagem” de instalação para cada modelo, personalizada, de forma que não sejam instalados softwares desnecessários e seja feito ajuste fino no sistema operacional.

Integração com o Cobit

O processo e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de otimização de estações de trabalho são:

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

AI4 – Habilitar Operação e Uso

- AI4.2 – Transferência de Conhecimento ao Gerenciamento do Negócio
- AI4.4 – Transferência de Conhecimento às Equipes de Operações e Suporte

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Elencar os diferentes modelos de estações de trabalho;
- Elencar os softwares que devem ser instalados e suas respectivas customizações;
- Elencar os aplicativos do Windows que devem ser retirados;
- Elencar customizações do sistema operacional;
- Gerar “imagem” personalizada para cada modelo de estação de trabalho.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.3.5 Suíte de Escritório – Microsoft Office 97

Introdução

Atualmente os usuários da CGU utilizam três diferentes suítes de escritório, a saber, Microsoft Office 97, Microsoft Office 2003 e BrOffice. Em função da descontinuidade de suporte/atualização da suíte de escritório Microsoft Office 97, foi realizada uma pesquisa com o intuito de identificar as necessidades dos usuários quanto ao uso de ferramenta de escritório, bem como o nível de satisfação dos usuários da rede CGU quanto a utilização da suíte de escritório BrOffice, também utilizada na Casa.

A partir dos resultados da pesquisa, foram identificados diversos limitadores às necessidades dos usuários quando do uso da ferramenta BrOffice, sendo uma das principais queixas sua incompatibilidade com o sistema Siafi Gerencial, amplamente utilizado na Casa e que possuía compatibilidade apenas com a suíte da Microsoft. Embora tal situação esteja superada com a disponibilização do Siafi Gerencial Web, compatível com o BrOffice, tal sistema entrou em produção recentemente, não permitindo concluir, até o momento, se atende adequadamente às necessidades dos usuários.

Do exposto, faz-se necessário atualizar e uniformizar a ferramenta de escritório da Casa, de modo a prover a adequada infraestrutura ao desenvolvimento das atividades dos usuários.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao Projeto VoIP são:

PO3 – Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 – Padrões Tecnológicos

AI1 – Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 – Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Especificar e adquirir 3500 licenças da suíte de escritório Microsoft Office, em sua última versão.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3.2.4 Equipe de Gestão de Projetos de Rede

Atividades:

As atividades desta equipe se concentram na concepção e condução de projetos de serviços de infraestrutura de TI, dentro dos procedimentos aprovados pela Ordem de Serviço nº 126 de 2008, que instituiu o Processo de Gestão de Projetos da DSI (PGP-DSI).

Eventualmente, esta equipe também cumpre atividades de visitas periódicas às Unidades Regionais da CGU, a fim de detectar possíveis demandas relacionadas à infraestrutura de TI.

Integração com o CobiT

Os processo do CobiT associados às atividades da Equipe de Gestão de Projetos de Rede é o:

- **P010 – Gerenciar Projetos**

Ações Propostas

- Apoiar as unidades regionais com relação a projetos/novas soluções de infraestrutura de TI, por meio da realização de visitas técnicas, a todas as localidades, para levantamento da situação atual

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.4.1 Reorganização das salas de equipamentos, telecomunicações e do cabeamento estruturado do Edifício Darcy Ribeiro

Introdução

A infra-estrutura atual da rede do Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília, envolvendo os racks, switches, cabeamento estruturado e espaço físico das salas de Telecomunicações, necessita de revisão e adequação aos padrões técnicos que tratam do assunto.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados à Adequação das Salas de Telecom do Edifício Darcy Ribeiro são:

DS4 – Garantir a Continuidade dos Serviços

- DS4.3 – Foco nos recursos críticos de TI

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

DS12 – Administrar o Ambiente Físico

- DS12.1 – Seleção de local e disposição de espaço físico
- DS12.2 – Medidas de segurança física
- DS12.4 – Proteção contra fatores ambientais

Estado Atual

Não iniciado.

Ações propostas

- Levantar a situação atual das salas de equipamentos e telecomunicações, bem como propor uma reorganização dessas salas de forma a atender os padrões técnicos que tratam do assunto e otimizar a gestão dos ambientes.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3.2.4.2 VoIP – Voz sobre IP

Introdução

Em função da impossibilidade de expansão da central telefônica na CGU, no ano de 2009 foi implantado projeto piloto para utilização de tecnologia VoIP, por meio do uso de telefones IP SNOM 320 e de headsets da marca Felitron com softphone 3CX. O relatório dos testes apontou diversos problemas na solução VoIP utilizada pela CGU, especialmente no que se refere a incidentes causados por indisponibilidades da rede. Faz-se necessário analisar e propor uma solução corporativa a ser utilizada pela CGU, com maior robustez, contemplando, ainda, a possibilidade de expansão para as unidades regionais do Órgão.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao Projeto VoIP são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 – Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 – Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 – Definição de Serviços
- DS1.3 – Acordos de Nível de Serviço

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Definir uma arquitetura para a solução de Telefonia IP na sede da CGU e nas unidades regionais, que contemple a estimativa de custos para implementá-la e um plano de implantação.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.4.3 Estrutura de Alta Disponibilidade

Introdução

O trabalho desenvolvido na CGU demanda o acesso constante à rede corporativa e a diversos sistemas informatizados. Grande parte das informações do Órgão está armazenada em equipamentos localizados na CGU Brasília.

A DSI, visando prover maior disponibilidade aos usuários, implementou, no final de 2007, estrutura de alta disponibilidade nos principais serviços de rede. Contudo, a referida estrutura carece de aprimoramentos, especialmente no tocante à automatização da redundância dos servidores e por consequência a minimização dos períodos de indisponibilidade.

Incidentes ocorridos em novembro/2009 e janeiro/2010, os quais causaram significativa indisponibilidade da Rede CGU, reforçaram a necessidade de analisar a arquitetura atual e propor atualização da estrutura de disponibilidade para os principais serviços da Rede CGU. O resultado final será um relatório que descreverá as ações necessárias ao incremento da robustez do ambiente.

Integração com o CobiT

O processo e o objetivo de controle do CobiT associado ao projeto de Estrutura de Alta Disponibilidade são:

DS4 – Garantir a Continuidade dos Serviços

- DS4.3 – Foco nos recursos críticos de TI

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Estudar e propor uma infraestrutura mínima dos serviços essenciais para prover alta disponibilidade na rede corporativa da CGU;
- Aquisição de Chassi Blade, Switch Core e link Internet redundante.

Arquitetura Proposta

Ainda não definida, vez que será um dos resultados do estudo em comento.

3.2.4.4 Rede Sem-Fio

Introdução

Atualmente existem 8 (oito) equipamentos Access-Points, autônomos, instalados no Edifício Sede da CGU. Observam-se os seguintes problemas:

- A atual quantidade de Access-Points não é suficiente para prover a cobertura em todo o prédio da CGU. Por este motivo, eventualmente é necessário instalar cabos de rede ou switches concentradores em locais de reunião e/ou quando da realização de eventos;
- Pelo fato de não existir uma estrutura de Wireless Switch não há ferramentas centralizadas para monitorar e controlar o acesso dos usuários, bem como não há roaming de usuários entre os equipamentos;
- Cada vez mais a CGU adquire notebooks e equipamentos com suporte a redes sem fio, como câmeras de vigilância e telefones celulares, os quais necessitam ser integrados à solução;
- Não há estrutura de acesso à Internet, para visitantes, que permita o adequado controle de usuários, bem como o monitoramento e registro das ações ocorridas no ambiente.

Face ao exposto, faz-se necessário avaliar a utilização atual da rede sem fio da CGU e reprojeta-la, contemplando, inclusive, a aquisição/implantação de equipamentos que permitam a solução dos problemas acima relatadas.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Rede Sem-Fio são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 – Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 – Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 – Definição de Serviços
- DS1.3 – Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Avaliar a utilização do serviço de rede sem fio na CGU, a fim de subsidiar:
 - A decisão sobre a necessidade de expansão ou não da solução atualmente utilizada; e

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- definição de estratégia para reprojeter o ambiente.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.4.5 Migração do serviço de Correio Eletrônico

Introdução

Atualmente parte do serviço de correio eletrônico corporativo da CGU é prestado por fornecedor externo (SERPRO) na plataforma Outlook – Exchange. Esta solução apresenta problemas frente às necessidades da CGU: capacidade de armazenamento insuficiente, desatualização tecnológica, ambiente de autenticação distinto do ambiente de rede da CGU e, especialmente, constantes indisponibilidades da solução.

Do exposto, faz-se necessário concluir a internalização do serviço em comento, o qual está sendo prestado por meio da ferramenta livre Expresso.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Migração do Serviços de Correio Eletrônico são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 – Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 – Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 – Definição de Serviços
- DS1.3 – Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

No segundo semestre de 2009/primeiro trimestre de 2010, foram migradas todas as contas do Correio Direto – SERPRO para o Correio Expresso, totalizando 2100 caixas.

Ações Propostas

- Elaborar, em conjunto com o SERPRO, procedimento para migração das contas Outlook;
- Iniciar a migração pelas caixas no Outlook 97, e migrar, posteriormente, as de Outlook 2003.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.4.6 Reestruturação da Rede CGU

Introdução

Atualmente a rede da CGU é composta por uma Rede Local (LAN) no Edifício-Sede, interligada à Corregedoria por meio de uma rede metropolitana (MAN) e às unidades regionais por meio de uma nuvem interestadual (WAN) de tecnologia MPLS. No edifício Sede da CGU, a LAN está estruturada em duas camadas, ACESSO e CORE, de forma que as pilhas de switches dos usuários (switches de ACESSO) estão ligados diretamente ao switch de núcleo da rede (switch de CORE).

Há apenas um switch de CORE, o qual é formado por uma pilha de 2 switches D-Link DXS-3326GSR. Esta pilha é formada por dois equipamentos em função da necessidade de portas, assim, os dois equipamentos funcionam como se fossem apenas um, de modo que não há redundância do conjunto. Praticamente todos os serviços de rede da CGU dependem de alguma forma do switch de CORE, incluindo todos os acessos dos usuários do edifício Sede, dos usuários da Corregedoria e,

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

indiretamente, dos usuários dos estados, pois os serviços de DNS necessitam da disponibilidade desse switch.

O equipamento em questão frequentemente sofre indisponibilidades, e por diversas vezes tentou-se sanar tais problemas em definitivo, mas tais tentativas não obtiveram êxito, especialmente em razão da obsolescência/desatualização tecnológica do equipamento.

Adicionalmente, a estrutura de rede atual não separa o tráfego de voz do tráfego de dados, o que dificulta a aplicação de políticas de QoS. Essa dificuldade em diferenciar o tráfego de voz pode tornar mais complexa a implementação de Telefonia IP, principalmente no que diz respeito a ligações feitas entre as regionais e a sede da CGU.

Cabe ressaltar, ainda, que não há um plano centralizado de endereçamento IP, bem como de utilização de identificadores de VLAN, o que é fundamental para otimizar a administração da rede.

Além do que foi exposto acima, observa-se que alguns procedimentos não estão devidamente definidos e formalizados, de modo que torna-se necessário criar uma documentação que forneça orientações sobre os padrões de estrutura de rede da Controladoria.

Face ao exposto, faz-se necessário propor nova arquitetura para a Rede CGU, de modo a tornar mais robusta a estrutura atual e orientar o crescimento futuro.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Reestruturação da Rede CGU são:

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 - Definição de Serviços
- DS1.3 - Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Identificar os requisitos de monitoramento da Rede CGU, estimativa de crescimento e proposição de solução para problemas de indisponibilidade por meio de nova arquitetura, incluindo o edifício Sede e as demais unidades da Controladoria.

Arquitetura Proposta

Ainda não definida, vez que será um dos resultados da avaliação em comento.

3.2.4.7 Reorganização da Infraestrutura de Backup

Introdução

Considerando os diversos tipos de serviços oferecidos, faz-se necessário revisar os grupos e políticas de arquivamento/restauração utilizados na Rede CGU, de modo a reorganizar a atual estrutura de backup do Órgão e otimizar a utilização dos recursos existentes.

Integração com o Cobit

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Reorganização da Infraestrutura de Backup são:

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

PO3 - Determinar as Diretrizes da Tecnologia

- PO3.4 - Padrões Tecnológicos

AI1 - Identificar Soluções Automatizadas

- AI1.3 - Estudo de Viabilidade e Formulação de Ações Alternativas

DS1 - Definir e Gerenciar Níveis de Serviço

- DS1.2 - Definição de Serviços
- DS1.3 - Acordos de Nível de Serviço

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Revisar o cenário atual a partir de um mapeamento de toda a infraestrutura de backup, e propor novas políticas e soluções para os processos de arquivamento/restauração.

Arquitetura Proposta

Ainda não definida, vez que será um dos resultados da avaliação em comento.

3.2.4.8 Terceirização de Serviços Especializados de TI

Introdução

Em decorrência do desenvolvimento de novas aplicações e da grande quantidade de serviços informatizados, na rede corporativa da CGU, tem se registrado vertiginoso aumento da demanda para manutenção e suporte na infraestrutura e serviços de rede. Grande parte das atividades finalísticas da CGU é dependente desses serviços, de maneira que a indisponibilidade dos mesmo impactará direto sobre o seu desempenho institucional.

Produtos e serviços operando de maneira integrada e interagindo com soluções providas por outros fabricantes de software, conferem alta complexidade ao ambiente, o que requer da equipe técnica um grande esforço no sentido de mantê-lo íntegro e disponível. Este cenário demanda uma especialização no suporte aos sistemas, notadamente no que concerne aos diversos serviços que contemplam as atribuições da equipe de Administração de Redes e, mais recentemente, da equipe de Serviços de Usuários.

Atualmente, o quadro funcional responsável pela administração, manutenção, monitoração e suporte desses recursos, mesmo que preparado tecnicamente para assumir em plenitude a gestão das ferramentas e equipamentos, é insuficiente para atender e manter todos os serviços existentes, além de não poder se dedicar à evolução tecnológica do ambiente.

Do exposto, faz-se necessário elaborar modelo de contratação para prover, à CGU, novo perfil de suporte e manutenção alinhado com as práticas difundidas no mercado e preconizadas pelo modelo ITIL (Information Technology Infrastructure Library), com o objetivo de desonerar o Órgão dos altos custos de operação e manutenção da infraestrutura do ambiente de tecnologia da informação, bem como de possibilitar ao quadro técnico interno dedicar-se às principais tarefas definidas pelo DL 200/67, focando seus esforços no planejamento, coordenação, supervisão e controle de todo o ambiente computacional da CGU.

Integração com o CobiT

O processo e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Terceirização de Serviços Especializados de TI são:

PO4 – Definir processos, organização e relacionamentos de TI

- PO4.12 – Pessoal de TI
- PO4.14 – Políticas e procedimentos para contratados

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Estado Atual

Em fase de estudo de viabilidade.

Ações Propostas

- Conclusão do estudo de viabilidade e elaboração do Projeto Básico para subsidiar a contratação pretendida.

Arquitetura Proposta

Ainda não definida, vez que será um dos resultados do estudo em comento.

3.2.5 Equipe de Gerenciamento de Rede

Atividades:

As principais atividades desta equipe são:

- Condução dos processos (tal como definidos no framework ITIL) de:
 - Gerenciamento de Configuração;
 - Gerenciamento de Mudanças;
 - Gerenciamento de Incidentes;
 - Gerenciamento de Eventos;
 - Gerenciamento de Capacidade de Recursos de TI.
- Fiscalização e gestão dos contratos de serviços de:
 - Rede WAN;
 - Hospedagem de Servidores (IDC);
- Assessoria à Coordenação-Geral em:
 - Gestão do Contrato de Serviços de TI do Serpro;
 - Planejamento de TI (elaboração do PETI, PDTI, PAM);
 - Acompanhamento remoto da infraestrutura de TI das Unidades Regionais, com estabelecimento de contatos periódicos com os Chefes dessas Unidades.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da Equipe de Gerenciamento de Rede são:

AI2 – Adquirir e Manter Softwares Aplicativos

- AI2.6 – Mudanças Relevantes para Sistemas Existentes

AI3 – Adquirir e Manter Infra-Estrutura Tecnológica

- AI3.3 – Manutenção da Infra-Estrutura

AI6 – Gerenciar as Mudanças

- AI6.1 – Padrões e Procedimentos de Mudanças
- AI6.2 – Análise de Impacto, Priorização e Autorização
- AI6.3 – Mudanças Emergenciais
- AI6.4 – Rastreamento e Relato de Situação de Mudanças
- AI6.5 – Encerramento e Documentação de Mudanças

AI7 – Instalar e Homologar Soluções e Mudanças

- AI7.1 – Treinamento
- AI7.2 – Plano de Testes
- AI7.3 – Plano de Implantação

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- AI7.4 – Ambiente de Testes
- AI7.5 – Conversões de Sistemas e Dados
- AI7.6 – Testes de Mudanças
- AI7.7 – Teste de Aceitação Final
- AI7.8 – Implantação em Produção
- AI7.9 – Revisão Pós-Implantação

DS2 – Gerenciar serviços de terceiros

- DS2.2 – Administrar o relacionamento com fornecedores
- DS2.3 – Gerenciar risco associado a fornecedores
- DS2.4 – Monitorar o desempenho de fornecedores

DS3 – Gerenciar desempenho e capacidade

- DS3.1 – Planejamento de capacidade e desempenho
- DS3.2 – Capacidade e desempenho efetivos atuais
- DS3.3 – Capacidade e desempenho futuros
- DS3.4 – Disponibilidade de recursos de TI
- DS3.5 – Monitoramento e divulgação

DS8 – Gerenciar Service Desk e Incidentes

- DS8.2 – Registro de Solicitações de Usuários
- DS8.3 – Escalonamento de Incidentes
- DS8.4 – Fechamento de Incidentes
- DS8.5 – Relatórios e Análises de Tendências

DS9 – Gerenciar a Configuração

- DS9.1 – Repositório de Configuração e “Baseline” (Linha de base)
- DS9.2 – Identificação e Manutenção de Itens de Configuração
- DS9.3 – Revisão de Integridade da Configuração

Ações propostas:

- Com respeito ao Gerenciamento de Configuração, levantar e registrar os itens de configuração e seus relacionamentos para os serviços e aplicações prestados pela DSI ainda não abrangidos no processo;
- No tocante ao Gerenciamento de Mudanças, adotar ferramentas para apoiar a automação do processo e as boas práticas para otimizar o planejamento das mudanças, com o envolvimento, o mais cedo possível, de todos os interessados;
- Ampliar a automação do processo de Gerenciamento de Incidentes;
- Ampliar, de forma horizontal, os parâmetros monitorados dos determinados itens de configuração, procurando ampliar a correlação entre as diversas informações capturadas, de modo a ampliar a profundidade do monitoramento do ambiente de TI;
- Ampliar o uso das informações geradas pelo processo de Gerenciamento de Eventos para subsidiar o processo de Gerenciamento de Capacidade (viabilizar maior integração entre os dois processos citados);
- Publicar Ordem de Serviço, contendo a Política e Procedimentos relacionados ao Processo de Gerenciamento de Capacidade de Recursos de TI e, ainda, ampliar o grau de automação das atividades do processo, ainda muito baixo;
- Reavaliar o tráfego utilizado e a capacidade dos circuitos instalados, com posterior recomendação de expansão de capacidade da Rede WAN;

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- Reavaliar o tráfego utilizado nos circuitos de comunicação do IDC e a capacidade de hospedagem de servidores, com posterior recomendação de expansão dos serviços contratados.

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.5.1 Gerenciamento do Catálogo de Serviços

Introdução

O objetivo do projeto de implantação do Gerenciamento de Catálogo de Serviços é estabelecer um processo para manter registro e divulgar a relação dos serviços de TI providos pela Diretoria de Sistemas e Informação – DSI – incluindo o fornecimento de informações que permitam o acesso a esses serviços.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT relacionados diretamente ao Gerenciamento de Catálogo de Serviços são:

DS1 – Definir e administrar níveis de serviço

- DS1.2 – Definição dos serviços

DS6 – Identificar e alocar custos

- DS6.1 – Definição dos serviços

Estado Atual

Já se encontra redigido o catálogo de serviços – visão negócio – referente aos serviços de infraestrutura e sistemas aplicativos.

Ações Propostas

- Elaboração do Catálogo de Serviços – Visão Técnica.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.5.2 Gerenciamento de Disponibilidade

Introdução

O objetivo do projeto de implantação do Gerenciamento de Disponibilidade é estabelecer um processo para garantir que o nível de disponibilidade para os serviços entregues atenda ou exceda os acordos atuais e as necessidades futuras para as áreas-fim, com eficiência de custos.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT relacionados ao Gerenciamento de Disponibilidade são:

DS1 – Definir e administrar níveis de serviço

- DS1.2 – Definição dos serviços
- DS1.3 – Acordos de níveis de serviço.
- DS1.4 – Acordos de níveis operacionais.
- DS1.5 – Monitoração e divulgação de atingimento de níveis de serviço.
- DS1.6 – Revisão de contratos e níveis de serviço

DS3 – Gerenciar desempenho e capacidade

- DS3.1 – Planejamento de capacidade e desempenho
- DS3.2 – Capacidade e desempenho efetivos atuais

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- DS3.3 – Capacidade e desempenho futuros
- DS3.4 – Disponibilidade de recursos de TI
- DS3.5 – Monitoramento e divulgação

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Estabelecer, com as áreas envolvidas, acordos operacionais de nível de serviços;
- Definir, aprovar, publicar e implementar política e os procedimentos do processo.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.5.3 Gerenciamento de Ambiente Físico

Introdução

O objetivo do projeto de implantação do Gerenciamento de Ambiente Físico é estabelecer um processo para administração do ambiente físico do(s) centro(s) de dados, selecionar as instalações apropriadas, planejar os processos de controle de fatores ambientais e acesso físico.

Integração com o CobiT

O processo e os objetivos de controle do CobiT relacionados ao Gerenciamento de Ambiente Físico são:

DS12 – Gerenciar o Ambiente Físico

- DS12.1 – Seleção de local e disposição do espaço físico.
- DS12.2 – Medidas de segurança física.
- DS12.3 – Acesso físico
- DS12.4 – Proteção contra fatores ambientais
- DS12.5 – Gerenciamento das instalações físicas

Estado Atual

Para gerenciamento do centro de dados da CGU no Edifício Darcy Ribeiro, existem apenas alguns procedimentos informais e *ad hoc*.

Ações Propostas

- Definir, aprovar, publicar e implementar política e os procedimentos do processo.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.5.4 Gerenciamento de Liberações e Implantação

Introdução

O objetivo do projeto de introdução do Gerenciamento de Liberações e Implantação é estabelecer um processo para assegurar que existam planos de liberação e implantação que sejam claros e compreensíveis; que um “pacote” de liberação pode ser construído, instalado, testado e implantado de forma eficiente e dentro do prazo; que o serviço novo ou modificado seja capaz de atender aos requisitos acordados.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT relacionados ao Gerenciamento de Liberações e Implantação são:

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

AI4 – Habilitar Operação e Uso

- AI4.1 – Planejamento de soluções de operação

AI6 – Gerenciar Mudanças

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.3 – Plano de implantação

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Definir, aprovar, publicar e implementar política e os procedimentos do processo.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.5.5 Gerenciamento de Desempenho

Introdução

O objetivo do projeto de introdução do Gerenciamento de Desempenho é estabelecer um processo para monitorar e detectar o atingir de limiares de utilização no dia-a-dia, analisar e ajustar desempenho, bem como recomendar a implementação de mudanças relacionadas a desempenho e capacidade.

Integração com o CobiT

O processo e os objetivos de controle do CobiT relacionados ao Gerenciamento de Desempenho são:

DS3 – Gerenciar desempenho e capacidade

- DS3.1 – Planejamento de capacidade e desempenho
- DS3.2 – Capacidade e desempenho efetivos atuais
- DS3.5 – Monitoramento e divulgação

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

- Definir, aprovar, publicar e implementar política e os procedimentos do processo.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.6 Equipe de Segurança

Atividades:

- Gestão e operação de equipamentos/soluções de segurança, a saber:
 - Firewalls;
 - IPS/IDS;
 - Proxy e filtro de conteúdo de Internet;
 - Ferramentas de gestão de logs;
 - Ferramentas de Anti-Spam.
- Elaboração de análises de segurança;
- Elaboração de relatórios gerenciais relativos à Segurança da Informação.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- Tratamento de Incidentes de Segurança de TI;
- Condução do processo de Gestão de Continuidade do Negócio;
- Apoio aos projetos e atividades da SITEC relacionados à segurança da informação;
- Elaboração de políticas e processos relacionados à segurança da informação dentro do escopo de TI;
- Monitoramento da infraestrutura de TI com vistas a:
 - Avaliar conformidade com normativos internos de segurança;
 - Detectar ameaças aos aspectos de disponibilidade, confidencialidade e integridade dos sistemas de informação.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da Equipe de Segurança de TI são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.2 – Estabelecimento do contexto de avaliação de riscos
- PO9.3 – Identificação de eventos
- PO9.4 – Avaliação de riscos
- PO9.5 – Reação aos riscos

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.3 – Gestão de Identidade
- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.6 – Definir incidentes de segurança
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.9 – Corrigir, detectar e prevenir software malicioso
- DS5.10 – Segurança de rede

Ações propostas:

- Mapear e documentar os procedimentos relacionados às atividades realizadas pela Equipe de Segurança;
- Propor políticas e procedimentos relacionados à segurança da informação, alinhados à Política de Segurança Corporativa, Normas do GSI e da ABNT, em especial as normas ISO da família 27000;
- Disponibilizar outros relatórios gerenciais disponibilizados para novas soluções de segurança recém adquiridas ou em processo de aquisição (Firewall e Anti-spam).
- Buscar conhecimento acerca do processo de Governança de Segurança da Informação;
- Monitorar a infraestrutura de TI quanto aos aspectos relacionados à Segurança da Informação.

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.6.1 Implantação de Equipe de Tratamento de Incidentes

Introdução

A demanda para criação de uma equipe de tratamento e resposta a incidentes, no âmbito da CGU, surge em razão da necessidade de minimizar o crescente número de incidentes de segurança e seus efeitos na Rede CGU, por meio de ações pró-ativas e reativas, bem como garantir conformidade à determinação do GSI, constante da Instrução Normativa No 1, de 13 de junho de 2008, que trata, no inciso V do artigo 5º, da instituição e implementação de centro de tratamento de incidentes em redes

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

computacionais.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao Projeto de Implantação de Equipe de Tratamento de Incidentes são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.6 – Definição de incidentes de segurança
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.9 – Corrigir, detectar e prevenir software malicioso
- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

O projeto foi dividido em 3 etapas. A primeira foi concluída em 2009, com a definição de políticas e processos de tratamentos de incidentes de rede, de vulnerabilidades, de artefatos e comunicação de incidentes. Além disso foi definida a missão e autoridade da equipe de tratamento de incidentes de redes.

Ações Propostas

As duas próximas etapas englobam:

2ª etapa:

- Incrementar processo de divulgação de incidentes;
- Prospectar sistemas automatizados para tratamento de incidentes;
- Identificação de ativos críticos para priorização de ações;
- Aprimoramentos dos serviços de tratamento de incidentes, vulnerabilidades e artefatos.

3ª etapa:

- Aprofundar os conhecimentos e documentar o uso das ferramentas de registro/acompanhamento e de incidentes e inventário;
- Migrar a versão instalada da ferramenta de inventário para uma versão mais atualizada;
- Documentar política de priorização de serviços;
- Realizar visita Técnica à outros CSIRT's;
- Incrementar o processo de divulgação de incidentes;
- Articular-se com Assessoria de comunicação, visando melhorar o serviço de disseminação da informação.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.6.2 Implantação do Gerenciamento de Logs

Introdução

Com o intuito de adequar o ambiente de gestão de registros da CGU aos princípios da integridade, disponibilidade e conformidade e, em atendimento à diretriz da Política de Segurança Corporativa da CGU, surge a necessidade de implementação do Gerenciamento de Logs Centralizado dos ativos relevantes de TI da CGU.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Nesse mesmo contexto, a Norma NBR ISO/IEC 27002:2005 preconiza que:

- os eventos críticos de segurança da informação devem ser registrados;
- as atividades de administradores e operadores devem ser registradas;
- os eventos de falha em sistemas devem ser registrados;
- os registros devem ser protegidos contra falsificação e acesso não autorizado;
- os registros e monitoramento devem ser realizados em conformidade com os requisitos legais e organizacionais;
- o monitoramento seja realizado para validar os controles adotados e verificar conformidade com política de acesso.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Implantação do Gerenciamento de Logs são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.9 – Corrigir, detectar e prevenir software malicioso
- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Durante o ano de 2009:

- Foi definida a política de gerenciamento de logs bem como o escopo dos ativos inicialmente gerenciáveis para os 3 níveis de criticidade (Baixa, Média e Alta);
- Foi definida e dimensionada a arquitetura da solução;
- Foram selecionadas as ferramentas que serão utilizadas para a gestão centralizada dos logs;
- Foram elaborados testes-piloto das ferramentas selecionadas.

Ações Propostas

As próximas ações previstas englobam:

- Instalação da solução, após disponibilização dos equipamentos necessários;
- Documentação da solução;
- Definição dos processos de gerenciamento de logs;
- Ampliação dos ativos gerenciados pela solução de logs.

Arquitetura Proposta

A arquitetura da solução consiste em 3 componentes:

- Cliente – responsável pela geração dos logs nos ativos gerenciados e envio para serviço de log centralizado. A configuração dos clientes será de responsabilidade do gestor do ativo gerenciado, de acordo com procedimentos definidos pela Equipe de Segurança de Redes;
- Serviço de Coleta – responsável pela coleta dos logs pela rede, armazenamento do log bruto e distribuição para os Serviços de Tratamento;
- Serviço de Tratamento – responsável pelo tratamento das informações contidas nos logs, de forma a possibilitar um gerenciamento efetivo dos eventos por meio de consultas parametrizadas, correlação e geração de alertas.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3.2.6.3 Gerenciamento de Riscos

Introdução

Diante da complexidade e alto custo de manter os ativos de informação a salvo de ameaças à que estão expostos, tornou-se extremamente importante para alcance dos objetivos de segurança a adoção de um enfoque de gestão baseada em riscos, levando em consideração as ameaças e vulnerabilidades existentes, bem como a probabilidade de sua concretização e os impactos resultantes. Com esta análise, será possível tornar mais fundamentada e confiável a tomada de decisão sobre como e quanto investir na segurança de forma efetiva.

Algumas técnicas de análise de risco são feitas, de modo simplificado, principalmente pela equipe de segurança, durante as análises de segurança solicitadas.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Gerenciamento de Riscos são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.2 – Estabelecimento do contexto de avaliação de riscos
- PO9.4 – Avaliação de riscos
- PO9.5 – Resposta aos riscos

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.2 – Plano de Segurança de TI
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

Dentre as ações previstas para este projeto encontram-se:

- Estudo sobre a disciplina;
- Estabelecimento de uma política de gestão de riscos;
- Estabelecimento de uma metodologia de gestão de riscos.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.6.4 Estabelecimento de Gestão de Continuidade de Negócio

Introdução

A CGU mantém infraestrutura tecnológica que suporta os processos críticos e essenciais às atividades de defesa dos recursos públicos e incremento da transparência da gestão pública. Essa infraestrutura tornou-se tão essencial que uma breve interrupção causa inúmeros transtornos e atrasos aos trabalhos do Órgão. Assim, torna-se fundamental a implementação da Gestão de Continuidade de Negócios - GCN, que tem como objetivo minimizar o impacto sobre os serviços de TI, por meio da combinação de ações de prevenção e recuperação, assegurando a retomada do ambiente de TI, em um nível e tempo aceitáveis, previamente definidos.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Estabelecimento de Gestão de Continuidade de Negócio são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- PO9.4 – Avaliação de riscos
- PO9.5 – Reação aos riscos

DS4 – Assegurar a Continuidade dos Serviços

- DS4.1 – Estrutura de Continuidade
- DS4.2 – Planos de Continuidade de TI
- DS4.3 - Recursos Críticos de TI

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.10 – Segurança de rede

Estado Atual

Durante o ano de 2009 foram feitas as seguintes ações:

- Um componente da Equipe de Segurança de Redes recebeu treinamento sobre o assunto;
- Foi elaborada política sobre GCN;
- Iniciou-se a elaboração de metodologia de GCN.

Ações Propostas

Dentre as ações previstas para este projeto encontram-se:

- Elaboração de plano de continuidade para ativo crítico selecionado;
- Implantação do plano de continuidade.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.6.5 Aquisição de Ferramentas de Segurança

Introdução

A fim de prover segurança aos serviços da CGU, faz-se necessária a utilização de ferramentas com capacidades compatíveis com o porte da infraestrutura existente e com o nível de ameaça a que esta infraestrutura está exposta.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Aquisição de Ferramentas de Segurança são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos
- PO9.5 – Reação aos riscos

AI3 – Adquirir e Manter Infraestrutura de Tecnologia

- AI3.2 – Infraestrutura de Recursos, Proteção e Disponibilidade

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.2 – Plano de Segurança de TI
- DS5.5 – Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento
- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança
- DS5.10 – Segurança de rede
- DS5.11 – Comunicação de Dados Confidenciais

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Estado Atual

A CGU já possui algumas ferramentas utilizadas para gestão da segurança:

- Proprietárias:
 - IPS;
 - Firewall.
- Open Source:
 - IDS;
 - Ferramentas de gestão de logs;
 - Ferramenta de Anti-Spam.

Ações Propostas

Dentre as ações previstas para este projeto encontram-se:

- Aquisição de nova solução de Firewall atendendo requisitos da CGU;
- Aquisição de solução de Anti-Spam atendendo requisitos da CGU;
- Aquisição de Ferramenta de Gestão centralizada de Logs.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.6.6 Elaboração de Sistema de Gestão de Segurança da Informação

Introdução

As atividades de Segurança da Informação em TI têm assumido papel fundamental na garantia do funcionamento e continuidade da infraestrutura de Tecnologia da Informação da CGU e, por consequência, os sistemas que suportam as atividades de negócio do Órgão. Considerando o grau de complexidade, a quantidade elevada de controles e de práticas de segurança da informação, faz-se necessária uma sistematização das atividades relacionadas a segurança da informação com o objetivo de melhor gerenciá-las, seguindo direcionamentos dos princípios de Governança de Segurança da Informação e garantindo alinhamento às estratégias do Órgão. São requisitos necessários à implantação de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação, a análise/avaliação de riscos de segurança, atribuição clara de papéis e responsabilidades, estabelecimento de políticas e procedimentos, elaboração de plano de segurança e monitoramento de desempenho.

Integração com o CobiT

Os processos e os objetivos de controle do CobiT associados ao projeto de Estabelecimento de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações são:

PO9 – Avaliar e Administrar os Riscos de TI

- PO9.3 – Identificação de eventos
- PO9.4 – Avaliação de riscos
- PO9.5 – Reação aos riscos

DS4 – Assegurar a Continuidade dos Serviços

- DS4.1 – Estrutura de Continuidade
- DS4.2 – Planos de Continuidade de TI
- DS4.3 - Recursos Críticos de TI

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.1 Gestão da Segurança de TI
- DS5.2 Plano de Segurança de TI
- DS5.5 Teste de Segurança, Vigilância e Monitoramento

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- DS5.7 – Proteção da Tecnologia de Segurança

Estado Atual

Não iniciado.

Ações Propostas

Dentre as ações previstas para este projeto encontram-se:

- Adquirir conhecimento sobre o tema Governança e Gestão da Segurança da Informação;
- Elaboração de um plano para elaboração e implantação de um sistema de gestão em segurança da informação;
- Contratação de consultoria especializada no assunto.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.2.7 Equipe de Administração de Rede

Atividades:

As principais atividades desta equipe são:

- Operação e gestão de serviços de infraestrutura de TI da Controladoria, a saber:
 - IntraCGU;
 - Samba / CUPS (Compartilhamento de arquivos e impressoras);
 - LDAP – Serviço de autenticação;
 - Correio eletrônico Expresso;
 - Mensageria eletrônica (Openfire / Pandion);
 - FTP Público;
 - Ativos de rede local (switches e outros);
 - Servidores virtualizados;
 - Equipamentos servidores em geral;
 - Infraestrutura dos serviços Web (Portal da Transparência, Portalzinho, BVC, Web Services);
 - Serviço de Nomes e Domínios (DNS);
 - Serviço de endereçamento IP (DHCP);
 - Serviços de Bancos de Dados para uso em aplicações e demais serviços;
 - Dentre outros.
- Condução dos seguintes processos de gestão de TI:
 - Gerenciamento de Acesso;
 - Gerenciamento de Dados (Cópias de Segurança e Restauração de Dados).

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados às atividades da Equipe de Administração de Rede são:

AI3 – Adquirir e manter infraestrutura tecnológica

- AI3.1 – Plano para a aquisição, implementação e manutenção da infraestrutura tecnológica
- AI3.2 – Implementação de segurança e garantia de disponibilidade dos recursos de infraestrutura

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- AI3.3 – Manutenção da infraestrutura tecnológica
- AI3.4 – Ambientes de desenvolvimento e de testes de homologação

AI4 – Facilitar a operação e o uso

- AI4.1 – Planejamento de soluções de operação
- AI4.3 – Transferência de conhecimento para usuários finais
- AI4.4 – Transferência de conhecimento para operação e pessoal de suporte

DS5 – Garantir a Segurança dos Sistemas

- DS5.3 – Gestão de Identidade

Ações propostas:

- Aprimorar, de forma contínua, as atividades executadas;
- Mapear e documentar os procedimentos relacionados às atividades realizadas pela equipe.

Projetos:

Segue a lista de projetos a serem conduzidos por esta equipe durante o período de vigência deste plano.

3.2.7.1 Atualização de Equipamentos e Sistema Operacional em Servidores das Unidades Regionais

Introdução

Os equipamentos que suportam os serviços nas regionais da CGU foram adquiridos no final de 2005. Considerando o término da garantia em 2009 e a necessidade de evolução dos recursos de hardware para atender adequadamente os usuários, verificou-se a necessidade de substituição de tais máquinas.

O projeto supracitado visa à atualização, em primeiro plano, dos equipamentos instalados nas 26 regionais. Adicionalmente, o sistema operacional será substituído, da distribuição GNU/Linux Fedora Core para CentOS, e será adotada estrutura de virtualização, visando proporcionar maior aproveitamento de recursos, flexibilidade de configuração do sistema e novas funcionalidades.

Integração com o CobiT

O processo e o objetivo de controle do CobiT associado ao projeto de Atualização de Equipamentos e Sistema Operacional são:

DS4 – Garantir a Continuidade dos Serviços

- DS4.3 – Foco nos recursos críticos de TI

Estado Atual

A migração está em progresso. Já foram contempladas 13 regionais. Para conclusão do projeto, está sendo aguardada a chegada de 13 novos equipamentos.

Ações Propostas

- Migração das demais unidades regionais da CGU.

Arquitetura Proposta

Não se aplica.

3.3. Atividades e Projetos da Área de Sistemas de Informação

3.3.1. Manutenção do Sistema SGI

Introdução

O SGI - Sistema de Gestão de Informações - foi implantado em 2005, inicialmente para atender necessidades urgentes de informatização da gestão de processos e documentos na CGU. Com a evolução do sistema, este se tornou uma importante ferramenta operacional e gerencial, com diversos módulos e transações atendendo às áreas meio e finalística do Órgão. Assim, o número de manutenções evolutivas e de aperfeiçoamentos tem crescido ano a ano, fruto de demandas dos usuários. No decorrer do ano de 2009, foram atendidas **272 demandas**, entre projetos, manutenções evolutivas e corretivas, consumindo o total de **9.130 horas** de esforço.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao SGI são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Estado Atual

Dentre os projetos implantados no ano de 2009, podem se destacar os seguintes:

- **Rito Sumário:** com a implantação deste projeto no Módulo Demandas Externas, o atendimento aos pedidos provenientes do Ministério Público, AGU e PF e direcionados às CGU Regionais dos Estados é desburocratizado e rápido;
- **e-NUP:** com o projeto e-NUP, o recebimento, processamento, triagem, trâmite e arquivamento das denúncias realizadas no sítio da internet da CGU está sendo realizado de forma totalmente eletrônica, inclusive com a geração de NUP, eliminando a necessidade de papel, etiquetas e trâmites físicos, agilizando o processo e iniciando a implantação do processo eletrônico na CGU.
- **Reformulação do Demandas Externas:** o módulo Demandas Externas é responsável pela triagem das denúncias e demais demandas remetidas à CGU. Este módulo foi totalmente remodelado para adaptação ao processo eletrônico, sendo incorporado um Workflow para automatizar o trabalho na área (SFC/CGD), relatórios de produtividade, pesquisas, trâmite eletrônico e geração de despacho eletrônico automático.
- **Alterações do PAM para metodologia Bienial:** o módulo PAM - Planejamento de Ações e Metas - implementa o controle das metas de todas as áreas da CGU, auxiliando no atendimento às diretrizes institucionais. Para o biênio 2009/10 e subsequentes, a metodologia passou a ser bienial, o que implicou em diversas alterações no módulo.
- **Novo formulário de denúncias** - anteriormente, o formulário de denúncias do sítio da internet da CGU remetia as denúncias postadas pelos cidadãos através da geração de um e-mail, com severos riscos à segurança da informação. No novo formulário, são utilizadas tecnologias mais seguras (banco de dados, chaves assimétricas, desenvolvimento em 3 camadas). Além disso, o formulário gera as informações de forma que o SGI possa transformar os dados e anexos (fotos, documentos, planilhas) em processo eletrônico (e-NUP).
- **Relatório de Contas Anuais - Automatização da geração do relatório consolidado** - com a automatização da consolidação do relatório final (certificado, parecer e relatório) em um documento único em formato PDF, o processo de publicação de contas foi substancialmente simplificado, reduzindo o tempo para a homologação do relatório pelas Coordenações-Gerais e o trabalho realizado pela SIINF, desonerando estes preciosos recursos.
- **Melhorias no sistema Ativa Gerencial** - com a evolução do sistema Ativa, faz-se necessário a atualização constante do Ativa Gerencial do SGI, para que este reflita as regras de negócios corretamente. Neste ano de 2009 foram implementadas 8 diferentes solicitações no âmbito deste projeto.

Ações Propostas

- **GED:** a crescente demanda por documentos eletrônicos e digitalizados integrando-se aos sistemas, bem como a necessidade da implantação do processo eletrônico tornou necessária a modernização do SGI com a utilização de ferramentas de ECM, tais como o GED (Gestão Eletrônica de Documentos), Digitalização, versionamento, workflow, OCR, etc. Com este projeto, pretende-se a implantação do GED em um projeto piloto na Corregedoria-Geral da União.
- **Processo Eletrônico:** com a implantação do Processo Eletrônico na CGU objetiva-se fornecer maior agilidade nos fluxos de trabalho da CGU, menor consumo de papel e espaço de armazenamento, maior disponibilidade de informação e maior segurança.
- **Envio de dados de terceirizados** - construir plataforma para recebimento de dados enviados por entidades externas à CGU, com o uso da ferramenta GED. Neste primeiro projeto, serão recebidos dados sobre funcionários terceirizados nos órgãos da Administração Pública federal, para apresentação no Portal da Transparência.
- **Módulo Férias** - a marcação, alteração, cancelamentos e interrupções de férias são processos que demandam grande volume de papel, trâmites burocráticos e incorrem em muitos erros, causando atrasos e retrabalho. Com a implantação deste módulo no SGI, com informações obtidas do SIAPE, objetiva-se dar agilidade e segurança nesta atividade.
- **Melhorias no Módulo Correição** - a evolução deste módulo envolve a integração com o CGU-Prod, NUMDOC, o GED e o sistema CGU-PAD.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- Melhorias no SGI - demandas para a evolução e constante aperfeiçoamento do sistema SGI, solicitados pelos usuários e encaminhados pela AESP.
- Resposta ao Cidadão - através do sítio da internet e outros canais, o cidadão pode encaminhar denúncias e manifestações à CGU. No entanto, falta um canal para o acompanhamento do andamento destas denúncias, lacuna esta que devemos preencher com o resultado deste projeto.
- Legislação - Desenvolvimento de sistema para suporte e pesquisa de legislação de controle interno que mantenha, de forma informatizada, uma coletânea de legislações e decisões sobre a matéria, inclusive os específicos sobre cada órgão, bem como padronização de entendimentos e aplicações de auditoria, acessível por todas as unidades de controle e unidades gestoras de recursos públicos, fornecendo um serviço dinâmico de orientação à gestão pública.
- Módulo de Controle Interno - Trata-se de manutenção evolutiva do Sistema de Gestão Interna – SGI visando principalmente melhoria na qualificação das denúncias recebidas, melhoria nas consultas gerenciais e melhorias nas qualificações das Solicitações de Serviço
- Aferição de Metas - Criação de um sistema para aferição de metas. A implementação de uma solução de TI proporcionará uma otimização do uso de RH e permitirá que seus usuários façam reajustes em tempo real para o atingimento das metas fixadas. Essa possibilidade de visualização dos desvios e correção provocará um melhor desempenho nos trabalhos da casa, bem como facilitará a visão gerencial de todo o sistema em qualquer tempo, e não apenas em determinados períodos (e em geral com um atraso significativo), conforme é feito atualmente. Além disso, a solução, caso seja realizada de acordo com as especificações técnicas da DCPLA, conferirá inteligência e consistência ao processo, por meio de regras de negócio registradas em um sistema corporativo, assim como facilitará a geração de relatórios, a alimentação dos dados e a etapa de aferição de metas.

3.3.2. Novo Ativa

Introdução

O sistema Ativa é a ferramenta que dá suporte ao registro de dados produzidos em virtude das atividades de auditoria, fiscalização e ações de prevenção da corrupção realizadas pela CGU. Este sistema abrange as várias etapas destas atividades, partindo do planejamento, cobrindo a execução e permitindo o monitoramento

Atualmente o custo de produção em ambiente mainframe é elevado e há pouca agilidade com relação à implementação de mudanças essenciais demandadas pela CGU.

Diante desse cenário, surge o Projeto Novo Ativa, com o objetivo de resolver problemas relacionados ao custo, agilidade de evolução e usabilidade, dentre outros.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao Novo Ativa são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

Estado Atual

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de implementação de requisitos anteriormente elicitados e testes daquelas funcionalidades já implementadas. Com a mudança de orientação dada ao projeto, que passou a ser uma espécie de migração, a estratégia de implementação anteriormente definida também sofreu alterações. Desta forma, temos o seguintes contexto:

- Módulo Ações (ou Execução): totalmente implementado por fornecedor terceirizado e em fase de testes pela CGU.
- Módulo Planeja: requisitos totalmente levantados mas homologados apenas da fase de “Documentação Básica” em diante. Este módulo comporta a seguinte divisão em fases: “Mapeamento”, “Hierarquização”, “Priorização”, “Documentação Básica”, “Geração de PACs e OSs”. As atividades de implementação deste módulo estão em fase inicial.
- Módulo Monitor: O sistema Monitor foi internalizado pela CGU e já se encontra em ambiente de produção. Existe a expectativa de que um novo sistema Monitor seja desenvolvido. Os levantamentos de requisitos para esta fase ainda não foram realizados.

Ações Propostas

A continuidade do desenvolvimento do projeto Novo Ativa exige que várias atividades sejam desenvolvidas. Em especial, temos as atividades de testes e de implementação.

Os testes deverão ser executados para todo o sistema e sempre deverão ser repetidos quando da liberação de novas funcionalidades. Importante ressaltar neste ponto a forte iteração com integrantes da SFC, essenciais para a realização das atividades de testes.

As atividades de implementação são especialmente concentradas para o módulo Planeja e para as alterações que se pretenda realizar no módulo Ações.

Em menor escala, as atividades de levantamento de requisitos também deverão ser desenvolvidas. Essas atividades serão necessárias para melhor elicitar alterações nos módulos Ações e Planeja. Um potencializador da quantidade de levantamento de requisitos a se realizar e a confecção do novo Monitor como módulo do Novo Ativa. Novamente ressalta-se a iteração com a SFC.

Pretende-se ainda, como orientação da DSI, contratar empresa especializada em desenvolvimento de sistemas para atuar nas fases de implementação, buscando garantir agilidade ao processo.

Todas essas atividades levarão o projeto a um estado em que efetivamente possa ser colocado em produção, o que deve acontecer no ano de 2010.

Além dessas, elencamos outras propostas de iniciativa da SFC. São elas:

- Módulo para realização de trâmite de comunicações e documentos a ser realizado entre a SFC e os Gestores Federais, para envio de recomendações, das manifestações e dos posicionamentos da SFC a ser realizado em meio sistema eletrônico
- Desenvolvimento de ferramenta que permita a protocolização e trâmite de documentos eletrônicos entre o órgão de controle interno e os demais órgãos do Poder Executivo Federal. Deve permitir aos atores enviar pedidos e receber documentação em meio digital, sem a necessidade de apresentação posterior de impressos manualmente assinados. Para isso, faz-se necessária a implementação de assinaturas digitais e a emissão de certificados digitais pertencentes à rede de certificação digital da ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira) no intuito de garantir o sigilo e a autenticidade das informações prestadas.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- Desenvolvimento de sistema centralizado para instrução e registro dos processo de tomada de contas especial na Administração Pública Federal como um todo, oferecendo padronização dos procedimentos adotados pelo gestor, agilidade na prestação de informações e orientações pela SFC sobre a condução dos processos e racionalização do processo de análise, emissão de relatório e de certificado sobre as TCEs.
- Desenvolvimento de módulo para consolidação de resultados de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. O módulo em questão propiciará o acompanhamento da execução e a interação com os gestores dos projetos de C, com foco no monitoramento do cumprimento dos acordos e especialmente no atingimento dos objetivos e metas previstos.
- Módulo para Mapeamento, Revisão e Melhoria dos Controles Internos Administrativos. Propõe-se a modelagem e o desenvolvimento de um sistema que permita identificar os operadores das unidades de controles interno, a identificar fragilidades e boas práticas na adoção de controles internos administrativos, a oferecer funcionalidade de fórum de discussão aos atores, a propiciar a análise e verificação das evoluções (involuções) nos órgãos ou entidades e permitir comparação das unidades por meio de uma visão consolidada de outros órgãos e entidades do mesmo tipo e compartilhar experiências sobre Controles Internos.
- Modelagem e desenvolvimento de um sistema para Gestão para as auditorias internas que possa ser adotado pelas unidades com pouca estruturação eletrônica oferecendo padronização de conteúdos e constante troca de conhecimento e orientações. Para aquelas Auditorias Internas dotadas de melhor aparato tecnológico propõe-se a integração de bases de dados entre o sistema adotado pelo gestor e o sistema da SFC oferecendo a constante troca de conhecimento e informações. Desta forma, objetiva-se um sistema de controle interno mais amplo e fortalecido.
- Ferramenta para dar subsídios para o acompanhamento de obras públicas. Identificando objetos, cronograma de implementação, empresa(s) executora(s), problemas encontrados, situação da obra, OS expedidas, dentre outras. O Sistema de informações deve ser capaz de recuperar com tempestivamente dados consolidados sobre a situação do empreendimento e sobre os agentes envolvidos.
- Evoluções de pequeno porte como classificações de constatações por área de domínio, implementação do banco de recomendações no Sistema no sistema Ativa, registro da Base Legal associada aos procedimentos, banco de recomendações e classificação de constatações, Relatório Gerencial de consulta a constatações, recomendações e a base legal, incorporação de funcionalidades para emissão de expedientes que hoje não são atendidos pelo sistema Ativa, revisão do processo de Homologação de Ordens de Serviço no Sistema Ativa, alterações nos registro dos procedimentos, principalmente quanto a implementação de Versões dos procedimentos, revisão do processo de elaboração dos procedimentos onde a DCTEQ atuaria como homologadora, inclusão de “síntese de constatações” em cada procedimento, funcionalidade para registro de Solicitação de Auditoria prévia em função da execução dos procedimentos, revisão da forma de numeração dos procedimentos, ferramenta de consulta aos procedimentos e a constatações realizadas em virtude da execução deste procedimento, registro de amostras, dentre outras, criação funcionalidade para o registro de modelos de papeis de trabalho para a execução de questionários, funcionalidade para inter-relacionamento de perguntas, relatórios consolidados, relacionamento entre a constatações e os questionários, dentre outras, melhorias de usabilidade do sistema como manutenção de orientações, envio de alertas em geral por email, ferramenta de painel de controle, mascaras de edição de campos, mensagens de erros intuitivas, ferramenta de Ajuda, Manual do sistema, dentre outras, registro de papeis de trabalhos digitais das Ordens de Serviço, modelos de documentos e papeis de trabalhos permanentes, registro do processo de hierarquização e revisão do processo de registro da documentação básica, criação de módulo para manutenção e gerenciamento de informações relacionadas à Auditoria de Contas, criação de funcionalidade para gestão dos objetos fiscalizados e de relatórios gerenciais associados a classificações das constatações, procedimentos, informações específicas da realização dos objetos como (empresa executora, fiscal de contrato e etc...), estágio de execução dos objetos, síntese de constatações de cada objeto, valores envolvidos, dentre outros e criação de módulo para gestão dos sorteios de municípios.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

3.3.3. Portal da Transparência

Introdução

O Portal da Transparência foi implantado em novembro/2004 e tem como principal objetivo dar transparência aos gastos públicos para o cidadão, promovendo e incentivando o controle social.

Desde sua criação, o Portal tem evoluído mediante o desenvolvimento de novas consultas, novos módulos e a modernização do leiaute. O Portal atualmente consiste nos módulos Despesas, Receitas, Convênios, CEIS, Servidores e Transferências a Estados e Municípios. Mais três módulos estão em andamento: LC 131, Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao Portal da Transparência são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

Estado Atual

O Portal da Transparência está chegando à marca de 995 milhões de registros carregados demonstrando um volume financeiro da ordem de 7,1 trilhões de reais (dados de junho/2010). O número de visitantes cresce constantemente. A média mensal de visitas registradas no início de 2010, 192 mil visitas, é 35% superior à média registrada em 2009 e 60% superior à registrada em 2008.

Para acompanhar o crescimento do Portal e o conseqüente aumento no volume de acessos, a infraestrutura de hardware foi reforçada com a troca dos dois servidores de produção e da máquina de homologação.

A infraestrutura de software, por sua vez, carece de padronização, integração e revisão.

Módulos:

- Despesas – Primeiro e principal módulo do Portal, internalizado pela CGU em abril de 2008. 17 consultas disponíveis.
- Receitas – Módulo lançado no fim de 2009. 02 consultas disponíveis, podendo-se combinar as consultas a partir de vários níveis.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- Convênios – Módulo internalizado pela CGU e incorporado ao Portal em dezembro de 2008. 05 consultas disponíveis.
- CEIS – Módulo lançado no fim de 2008 e regulamentado pela Portaria 516 de 16/03/2010. 04 consultas disponíveis.
- Servidores – Módulo lançado no fim de 2009 com os dados de todo pessoal ativo cadastrado no SIAPE. 05 consultas disponíveis.
- TEM – Sites e webservices para todos os estados e municípios com as Transferências a Estados e Municípios lançado no fim de 2009.
- Copa 2014 – Subsite em desenvolvimento para atender ao decreto nº. 7033/2009.
- Olimpíadas 2016 – Subsite em desenvolvimento para atender ao decreto nº. 7033/2009.
- LC 131 – Módulo implantado para atender à Lei Complementar nº. 131/2009.

Ações Propostas

- Atender às demandas evolutivas a serem priorizadas pelo comitê de TI, incluídas, inclusive, as de implementação de alterações de layout do Portal da Transparência para prover interface mais amigável e inteligível, maior facilidade de navegação e apresentação de informações por meio de gráficos, estatísticas e comparativos;
- Separar a execução dos processos de operação e desenvolvimento do Portal da Transparência visando à eficiência de ambos;
- Analisar e implementar um Data Warehouse para as bases de dados do Portal, e demais bases que a CGU já recebe e possam ser integradas, visando uma melhoria nos processos de operação e desenvolvimento.
- Evolução da arquitetura tecnológica do Portal da Transparência buscando a integração dos (e entre) seus módulos com os dados das Páginas de Transparência Pública, o que implica no reprojeto total do sistema (aplicação e estrutura de dados). Esta tarefa deve ser acompanhada de uma ampla revisão na arquitetura da informação (consultas) do Portal;

3.3.4. Business Intelligence

Introdução

Manutenção e evolução da plataforma de "Business Intelligence" (inteligência empresarial), expandindo a base com cruzamento de dados do Portal da Transparência, ATIVA e SGI, Siafi Gerencial e SIAPE.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao Business Intelligence são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

Estado Atual

Foram desenvolvidas as bases "OLAP" (Online Analytical Processing) dos módulos do sistema SGI Ativa Gerencial, Correição e Demandas Externas, Cartões de Pagamento e Contas Tipo "B", utilizando-se o software PENTAHO. O sistema já se encontra em produção.

Ações Propostas

- Modelagem de novas bases, incluindo o banco de dados do sistema CGU Pad.
- Melhoria nas visualizações dos Dashboards
- Integração do conteúdo BI com outras aplicações, (como implantação de gráficos do Pentaho no SGI)

3.3.5. Manutenção do Sistema ATIVA

Introdução

O sistema ATIVA tem como objetivo principal o registro e acompanhamento das ações de controle executadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, contemplando as etapas de planejamento e execução destas atividades.

A etapa de monitoramento das recomendações é atendida pelo sistema MonitorWeb. Para aferição da força de trabalho utilizada na realização das ações de controle, utiliza-se o sistema Fort. Completando o conjunto de sistemas de gestão das ações de controle, o SIGA permite a transferência de relatórios de fiscalização das unidades regionais da CGU/Brasília.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao Ativa são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

Estado Atual

Desenvolvido em meados de 1995, em plataforma mainframe e na linguagem Natural com banco de dados Adabas, o sistema ATIVA encontra-se em produção no ambiente Serpro, passando por constantes manutenções evolutivas, buscando alinhamento às necessidades de negócio da CGU, até a implantação do projeto Novo Ativa.

O MonitorWeb, antes mantido no ambiente Serpro, teve sua operação e manutenção internalizada na CGU, no ano de 2009, obtendo com esta ação melhoria na disponibilidade do sistema e na confiabilidade de seus dados e redução de custos.

Ações Propostas

- Manutenção evolutiva e corretiva do ATIVA, AtivaWin, MonitorWeb, Fort e SIGA;
- Adoção das premissas, métodos e artefatos propostos pelo PDS-CGU.

3.3.6. Sistema CGU-PAD

Introdução

Atualmente, o registro, controle e acompanhamento dos processos disciplinares e administrativos ocorridos no âmbito do Governo Federal são efetuados por meio do sistema CGU-Pad implantado no primeiro semestre de 2007. Sua utilização é regulada pela Portaria n.º 1.043, de 24 de julho de 2007, pelo Termo de Uso e os manuais do sistema.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao Ativa são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Estado Atual

O Sistema está em produção com a segunda etapa de desenvolvimento, contemplando principalmente relatórios gerenciais, em fase de homologação.

Ações Propostas

Está em estudo a internalização do sistema e manutenções evolutivas prevendo o desenvolvimento de novas funcionalidades como, comunicação com outros sistemas utilizando Web Services, alterações no layout e módulo para alteração de dados.

3.3.7. Serviço de Concessão de Acesso aos sistemas informatizados

Introdução

Atividade de cadastramento de usuários, concessão e desbloqueio de senhas em aproximadamente 40 sistemas de interesse da CGU, dentre sistema próprios, estruturadores do Governo Federal e conveniados. Utiliza o sistema ACESSO como canal exclusivo de solicitação e concessão de acesso, em conformidade com a Portaria 1954, de 28/12/2007, da Secretaria-Executiva da CGU.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao Acesso são:

DS5 - Assegurar Segurança de Sistema

- DS5.3 – Gerenciamento de identidade
- DS5.4 – Gerenciamento de conta de usuário

Estado Atual

Atividade sendo realizada regularmente, alocando os serviços de dois técnicos em regime de dedicação exclusiva.

Ações Propostas

- Incorporação de novos sistemas, na medida em que vão sendo implantados na CGU;
- Melhoria contínua dos workflows de atendimento, visando otimização do processo.
- Migração da tecnologia atual para Java.

3.3.8. Base de Dados de Pessoal

Introdução

Atualmente, o controle de pessoal é feito em diferentes bases e de forma não integrada; parte das informações registradas na Base de Recadastramento, utilizada pelo Sistema Acesso e parte registrada no SGI. O projeto visa integrar todos os dados referentes a servidores, requisitados, terceirizados e estagiários, registrando os dados pessoais, profissionais, hierarquia, controle de acesso aos sistemas, etc. numa base única integrada ao Banco de Dados Corporativo da CGU.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao Projeto são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

Estado Atual

O projeto está em fase de análise da viabilidade técnica e econômica.

Ações Propostas

A implantação se dará nas seguintes etapas:

- Etapa 1: Levantamento de Requisitos.
- Etapa 2: Migração de funcionalidades para o Sistema Acesso, unificando os controles e integrando as bases de dados ao Banco de Dados Corporativo.
- Etapa 3: Levantamento de requisitos para melhorias e relatórios gerenciais.
- Etapa 4: Desenvolvimento e implementação das melhorias e relatórios gerenciais.

3.3.9. Página de Transparência Pública

Introdução

As Páginas de Transparência Pública – instituídas pelo Decreto no 5.482, de 30 de junho de 2005 e disciplinadas pela Portaria Interministerial CGU/MPOG no 140, de 16 de março de 2006 – constituem mais um instrumento para dar transparência aos gastos públicos, fornecendo informações sobre contratos, licitações, convênios, execução orçamentária e gastos com diárias e passagens. O acesso às Páginas é feito a partir de banner inserido no sítio dos órgãos e entidades do Governo Federal.

Os normativos supracitados atribuem ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Controladoria-Geral da União (CGU) a responsabilidade pela gestão das Páginas. Ao MPOG coube a definição do modelo de programação visual, e à CGU compete a atualização periódica do conteúdo.

Visando promover maior celeridade ao processo de adesão às Páginas de Transparência, a CGU contratou fornecedor externo para desenvolvimento e hospedagem de sistema, que cria, disponibiliza e mantém atualizadas as páginas de todos os órgãos e entidades que utilizam os sistemas estruturadores ou enviam seus dados para esta Controladoria.

A adesão ao modelo fornecido pela CGU é facultativa e requer dos órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta formalização por e-mail para a SIINF.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados à Página de Transparência Pública são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

Estado Atual

Estão disponíveis na Internet 427 Páginas de Transparência Pública. Destas, 231 pertencem a órgãos da Administração Direta, 143 são de autarquias e fundações e as outras 53 pertencem a empresas estatais.

Desde a implantação das Páginas em 2006, uma série de aprimoramentos vem sendo observada pela CGU ou sugerida pelos usuários do sistema de forma a tornar as informações ali prestadas mais completas e acessíveis.

Ações Propostas

Um importante aprimoramento diz respeito ao acesso ao banco de dados de Transparência Pública pelos órgãos e entidades que optem por desenvolver sua própria Página de Transparência. A nova proposta prevê a utilização de solução com web services, o que desvinculará a implementação das Páginas criadas pelos órgãos e entidades da forma atual adotada pelo fornecedor externo.

Com o intuito de tornar mais ágil a atualização das informações nas Páginas de Transparência, foi criado e está em fase de homologação um ambiente para envio e publicação dos dados de órgãos e entidades, que permite:

- O envio de arquivos para inclusão no ambiente de homologação das Páginas diretamente pelos órgãos e entidades, permitindo que a validação dos dados seja feita já no momento do envio, e sem interferência humana;
- Gerenciamento, pela equipe da CGU, dos arquivos enviados pelos órgãos e entidades e daqueles extraídos dos sistemas estruturadores, coordenando a inclusão destes em ambiente de produção, sem que para isto seja necessária interferência manual da equipe do fornecedor externo;
- Realização de atividades como criação de novas páginas e atualização de textos explicativos diretamente pela CGU.

Além disso, pretende-se promover a internalização desse serviço, por meio da migração dos dados para o Portal da Transparência, com o objetivo de reunir em um único site, informações sobre a execução do gasto público federal e tornar mais eficiente a gestão do conteúdo das Páginas.

3.3.10. Sítio da CGU na Internet

Introdução

Com o advento da Internet como ferramenta de interação entre Governo e Sociedade, observa-se um crescente aumento da demanda interna e externa à CGU pela criação de novos sítios, disponibilização de novos recursos ou melhoria dos existentes. A arquitetura da aplicação do sítio da CGU impede que algumas alterações sejam promovidas diretamente pelas áreas gestoras, requerendo apoio da DSI para

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

a simples alimentação de conteúdo nos sites. Além disso, a maioria dos serviços WEB está hospedada em fornecedor externo, o que também contribui para tornar menos ágil a administração de conteúdo.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados ao Sítio da CGU na Internet são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção
- AI7.9 – Revisão pós-implementação

Estado Atual

O sítio da CGU apresenta todo conteúdo estático e sem quaisquer recursos de administração descentralizada de conteúdo, tais como chats, enquetes, newsletter, fórum, etc., o que torna a atualização de conteúdo lenta e a apresentação visual pouco atrativa para o público usuário.

A CGU mantém atualmente os seguintes serviços na internet:

- Sítio da CGU;
- Portal da Transparência;
- Páginas da Transparência Pública;
- Consulta a Convênios;
- Revista da CGU;
- Portalzinho da Criança Cidadã;
- Concurso Curta CGU;
- Biblioteca Virtual de Combate à Corrupção;
- Escola Virtual da CGU;
- Programa Olho Vivo no Dinheiro Público;
- Hotsite de Convenções Internacionais;

Ações Propostas

Desenvolvimento do site por equipe própria na plataforma Zope/Plone, ou contratação do desenvolvimento, com reavaliação e possível evolução da arquitetura de informações e do layout, visando reduzir custos e prazos de atendimento.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Criação dos seguintes serviços:

- Chat – disponibilização de ferramenta de bate-papo virtual para interação entre cidadãos e especialistas da administração pública com o objetivo de orientar e estimular a sociedade para o exercício do controle social;
- Página do Fortalecimento da Gestão Pública – página sobre o Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, com o objetivo de proporcionar informação sobre o Programa, possibilitar a inscrição de prefeituras para os sorteios públicos e o acompanhamento das ações realizadas.
- Projeto Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania! – promover a divulgação de conteúdos de capacitação, orientação e mobilização por meio de peças gráficas.
- Rede para estímulo ao controle social – espaço virtual, administrado pela CGU, que possibilite a troca de experiências sobre controle social, visando a proporcionar à sociedade espaço para interação e compartilhamento de práticas efetivas sobre o controle social dos gastos públicos.
- Concurso do Minuto – ambiente virtual com layout específico, que contempla plataforma para o recebimento e divulgação dos vídeos participantes do Concurso do Minuto da CGU.
- Concurso do Jingles/spots – ambiente semelhante ao criado para o Concurso do Minuto da CGU para recebimento de arquivos dos participantes do Concurso de Jungles/Spot da CGU.

Com a internalização do site também se pretende ampliar as possibilidades tecnológicas necessárias à integração e gestão automatizada das informações providas e recebidas externamente à Rede da CGU. Dentre esses serviços, destaca-se a criação da Extranet, que permite acesso seguro a dados e aplicações internas, a partir de um ambiente externo à Rede CGU.

3.3.11. Intranet

Introdução

A IntraCGU constitui ambiente de disseminação de informações e serviços voltados ao público interno da Instituição. Esse ambiente, além de desempenhar papel fundamental na disponibilização de recursos para gestão do conhecimento, permite maior interação órgão-servidor e incentiva a constante otimização dos processos.

Integração com o CobiT

Os processos e objetivos de controle do CobiT associados à Intranet são:

AI2 – Adquirir e Manter Software de Aplicação

- AI2.1 – Projeto de alto nível
- AI2.2 – Projeto detalhado
- AI2.4 – Disponibilidade e segurança da aplicação
- AI2.7 – Desenvolvimento de software de aplicação
- AI2.9 – Gerenciamento de requisitos de aplicações
- AI2.10 – Manutenção de software de aplicação

AI6 – Gerenciar Mudanças

- AI6.2 – Avaliação, priorização e autorização de impacto
- AI6.3 – Mudanças emergenciais

AI7 – Instalar e Credenciar Soluções e Mudanças

- AI7.2 – Plano de teste
- AI7.3 – Plano de implementação
- AI7.4 – Ambiente de teste
- AI7.6 – Teste das mudanças
- AI7.7 – Teste final de aceitação
- AI7.8 – Promoção para produção

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

- AI7.9 – Revisão pós-implementação

Estado Atual

Desde a implantação da versão atual, em meados de 2005, a IntraCGU vem disponibilizando novos recursos a seus usuários, tais como o aprimoramento do gerenciamento de documentos utilizados pela SFC na IntraCGU, a criação e reformulação de áreas de conteúdo.

Apesar das facilidades oferecidas pela ferramenta para alimentação de conteúdos, algumas áreas ainda estão subutilizadas. Além disso, a versão dos softwares utilizados está desatualizada, o que algumas vezes compromete o desempenho e dificulta o aprimoramento da aplicação.

Ações Propostas

Pretende-se durante o ano de 2010 contratar serviços para elaboração de uma arquitetura segura, resiliente e flexível para o gerenciamento de conteúdo. Esta arquitetura prevê adoção de Sistema Gerenciador de Conteúdo Plone, com servidor de aplicações Zope, em suas versões mais recentes. Isso garantirá melhoria em questões de usabilidade, novos recursos e desempenho.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

4. RECURSOS NECESSÁRIOS

4.1. Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos

A criação de políticas de desenvolvimento de recursos humanos específicas para TI justifica-se pela necessidade de existir, na CGU, pessoal técnico qualificado para atender as demandas institucionais cada vez mais complexas. Esta necessidade deverá ser suprida por meio da capacitação técnica contínua dos servidores lotados na DSI.

A disponibilidade de um corpo técnico qualificado permitirá o desenvolvimento institucional por meio da agregação das evoluções tecnológicas aos serviços e sistemas existentes e, ainda, pela implementação de novas soluções.

Pretende-se priorizar treinamentos específicos naquelas atividades consideradas estratégicas para o Órgão e/ou aquelas que são executadas diretamente por servidores da DSI, tais como: segurança da informação, virtualização de equipamentos servidores, Governança de TI, gerenciamento de rede, métodos e técnicas de desenvolvimento de sistemas, dentre outros.

Com base nesse entendimento, montamos no quadro a seguir uma projeção de treinamentos necessários para o biênio 2010/2011 nesta DSI:

Quadro Resumo das Necessidades de Treinamento da DSI

Curso	Valor estimado p/participante	Qtde	Valor para o Orçamento	Justificativa
DESGN - Designing for Cisco Internetwork Solutions	R\$ 3.800,00	2	7.600,00	Os conteúdos deste treinamento abordam temas diretamente relacionados com os projetos previstos/em desenvolvimento na SITEC, a saber: Rede sem fio; Videoconferência; Segundo Link de Internet; VoIP; Cabeamento estruturado da rede local do Edifício Darcy Ribeiro e Estruturação da Rede CGU.
Elaboração de Relatórios e Pareceres Técnicos com ênfase na Administração Pública	R\$ 1.590,00	2	3.180,00	Aperfeiçoar os conhecimentos sobre a elaboração de documentos e otimizar tempo despendido na geração de relatórios, pareceres e notas técnicas.
ALF3010 - Administração de Sistemas Alfresco	R\$ 2.500,00	2	R\$ 5.000,00	Capacitação técnica de analistas na administração da solução GED, de código livre (Alfresco), adotada pela CGU, que suportará a tramitação eletrônica de documentos, inicialmente do módulo de Correição do Sistema de Gestão de Informações - SGI, e com previsão de utilização da mesma para atender a outros sistemas corporativos da CGU, o que tornará essa infraestrutura cada vez mais crítica para o Órgão.
Administração de Servidores Apache	R\$ 2.500,00	2	R\$ 5.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre os principais aspectos do Apache, envolvendo as mais diversas questões no que tange a publicação de conteúdo na Web, preparando para lidar com o protocolo HTTP e HTTPS efetuando transações seguras (SSL). O curso aborda as boas práticas de administração de uma infraestrutura WEB baseada em Apache 2.2. O curso tratará de metodologias de manutenção com grande preocupação com os aspectos de segurança dos dados.
JBoss AS para Administradores de Sistemas	R\$ 2.500,00	2	R\$ 5.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre como implementar, configurar, manter e otimizar serviços Java EE baseados em Jboss AS em ambiente Linux e também para integrar componentes externos ao servidor, por exemplo frameworks como Struts e Hibernate.
HA - Cluster de Alta Disponibilidade em Servidores Linux	R\$ 1.500,00	2	R\$ 3.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre como implementar soluções de Cluster HA, projetando soluções onde os serviços de alta criticidade tenham garantia de continuidade, independente da estrutura da empresa que atuará, pois serão expostas diferentes maneiras de implementar HA em servidores Linux.
IBM BladeCenter Fundamentals	R\$ 1.000,00	2	R\$ 2.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre design, arquitetura e tecnologias por trás dos sistemas Blades e seus componentes, instalação, resolução de problemas, gerenciamento, escalabilidade com agregação de elementos de conectividade e armazenamento.
Introduction to NetApp Products	R\$ 1.000,00	2	R\$ 2.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre produtos e suas tecnologias embarcadas, SAN, NAS, recuperação de desastres, alta disponibilidade.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

NetApp Data ONTAP Fundamentals (DOTF)	R\$ 3.000,00	2	R\$ 6.000,00	Aquisição/Aperfeiçoamento de conhecimentos sobre administração do sistema operacional dos Storages NetApp.
Fundamentals of Incident Handling	R\$ 2.300,00	1	R\$ 2.300,00	Capacitação técnica básica para as atividades de tratamento de incidentes de redes
Advanced Incident Handling for Technical Staff	R\$ 2.300,00	2	R\$ 4.600,00	Capacitação técnica avançada para as atividades de tratamento de incidentes de redes e implantação do processo. Atividade DSI024 do PAM.
Hackers Expostos	R\$ 1.250,00	2	R\$ 2.500,00	Capacitação técnica necessárias para descobertas de vulnerabilidades e criação de controles de segurança de rede.
Segurança em Servidores Linux Usando a ISO27002	R\$ 1.250,00	1	R\$ 1.250,00	Capacitação técnica necessárias para implantação de controles de segurança em equipamentos servidores utilizados pela DSI.
Gestão de Riscos de Segurança da Informação	R\$ 1.560,00	1	R\$ 1.560,00	Capacitação técnica para Elaboração do processo de Gestão de Riscos de Segurança. Atividade DSI045 do PAM.
Análise Forense	R\$ 2.560,00	1	R\$ 2.560,00	Capacitação técnica para as atividades de tratamento de incidentes de redes e Implantação do processo. Atividade DSI024 do PAM.
Gestão de Continuidade de Negócios em ênfase na Norma BS 25999	R\$ 1.980,00	1	R\$ 1.980,00	Capacitação técnica para operação da Gestão de Continuidade do Negócio. Atividade DSI035 do PAM.
Sistema de Gestão de Segurança da Informação baseado na 27001	R\$ 2.000,00	1	R\$ 2.000,00	Capacitação de servidores para planejamento de Sistema de Gestão de Segurança da Informação. Atividade DSI046 do PAM que foi transferida para o ano de 2011
Participação em Eventos e Workshops relacionados à Segurança da Informação	R\$ 500,00	4	R\$ 2.000,00	Atualização técnica dos componentes da equipe de segurança através do conhecimento das novidades e do estado da arte do Tema
Plataforma ECM Alfresco	R\$ 4.800,00	2	R\$ 9.600,00	Plataforma utilizada no SGI para GED e no projeto "Envio de dados de Terceirizados"
Advanced Web Development with Visual Studio	R\$ 1.500,00	4	R\$ 6.000,00	Plataforma utilizada para o desenvolvimento de aplicações da equipe, que está sendo atualizada para a versão mais atual
Pós Graduação em Governança de TI	R\$ 5.000,00	2	R\$ 10.000,00	Capacitar os líderes a boas práticas em gestão de TI
Treinamento em J2EE (visão geral), JavaServer Faces, JBOSS Seam, Rich Faces e JPA/Hibernate.	R\$ 1.500,00	6	R\$ 9.000,00	Capacitar os integrantes da equipe para utilizar as funcionalidades existentes nos frameworks utilizados pelo projeto Novo Ativa.
JBoss Seam Essentials	R\$ 2.067,00	3	R\$ 6.201,00	Capacitar equipe SisDep para migrar projetos para tecnologia Java, conforme definido no PDTI.
JBoss Hibernate Essentials	R\$ 1.657,00	3	R\$ 4.972,50	Capacitar equipe SisDep para migrar projetos para tecnologia Java, conforme definido no PDTI.
Treinamento em Contagem de Pontos de Função	R\$ 1.350,00	3	R\$ 4.050,00	Capacitar os integrantes da equipe para estimar o tamanho das demandas de desenvolvimento de sistemas em "Pontos de Função".
Formação em Data Warehouse	R\$ 4.131,00	3	R\$ 12.393,00	O Portal da Transparência envolve o recebimento, o tratamento e a carga de um grande volume e variedade de dados, cenário indicado para utilização de técnicas e ferramentas de DW. Com o treinamento, visa-se melhorar os processos de operação e desenvolvimento.
Gestão de Projetos	R\$ 1.000,00	2	R\$ 2.000,00	Capacitar os líderes e servidores em boas práticas em gestão de projetos
TOTAL			118.774,00	

4.2. Projeto/Atividade x Recursos Humanos

Conforme apontado no quadro a seguir, a condução dos projetos previstos neste Plano Diretor de Informática demanda a alocação de mais 47 (quarenta e sete) servidores. Vale destacar que o investimento representado pela alocação de mais esse quantitativo de servidores poderá alavancar sensivelmente a produtividade da área finalística, em razão do suporte tecnológico a ser oferecido.

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Quadro Resumo de Projeto/Atividade X Recursos Humanos

Projeto/Atividade	Situação Atual	Situação Ideal	Déficit
Gestão de Projetos de Rede	4	7	3
Segurança de Rede	4	8	4
Gestão de Ativos e Contratos	2	4	2
Gerenciamento de Rede	4	7	3
Administração de Rede	7	9	2
Gestão de Suporte Técnico	1	4	3
Gestão de Serviços de Usuários	5	8	3
Manutenção do Sistema SGI e demais projetos a cargo da equipe SISCORP	6	8	2
Manutenção e Expansão do Sistema Novo Ativa e do Sistema Monitor Web.	9	11	2
Manutenção, evolução e expansão do Portal da Transparência	7	9	2
Administração de Dados e Business Intelligence	5	8	3
Projetos e Atividades a cargo da Equipe de Sistemas Departamentais (SISDEP)	4	8	4
Gestão de Demandas a cargo da Área de Relacionamento com Unidades	2	6	4
Projetos do Programa ProPrevine – sob responsabilidade da DSI e das demais Unidades da CGU participantes (5 anos)	0	10	10
Totais	60	107	47

Obs.: Nesse quadro, não estão sendo considerados os servidores com cargos de chefia.

4.3. Recursos Orçamentário e Financeiro Estimados

4.3.1. Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica

Quadro resumo de projeto/ atividade x custos financeiros – INVESTIMENTO

Projeto/Atividade	Custos Financeiros em 2010	Custos financeiros – em 2011
Alta Disponibilidade da Rede CGU – switch core, cabeamento, blade, storage, racks, servidores, fitoteca, no-breaks, outros.	1.000.000,00	1.300.000,00
Aquisição de equipamentos para usuários – estações de mesa, portáteis, impressoras, scanners, outros	3.000.000,00	2.500.000,00
Aquisição de licenças de software para usuários	0,00	3.500.000,00
Aquisição de licenças de software para a Rede – gerenciamento de estações e servidores, backup TSM, sistema operacional, outros.	162.000,00	230.000,00
Aquisição de equipamentos servidores de Rede	0,00	500.000,00
Reestruturação da Rede CGU – switches de acesso, switches de distribuição e Server Farm, cabeamento e módulo óptico.	400.000,00	1.100.000,00
Expansão videoconferência – Codec, TV LCD e câmera documentos	0,00	150.000,00
Aquisição de Equipamentos de Segurança – Firewall, antispam e ferramenta de gestão centralizada de logs.	650.000,00	400.000,00
Aquisição e atualização de software para SPCI	0,00	350.000,00
TOTAL	5.212.000,00	10.030.000,00

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Quadro resumo de projeto/atividade x custos financeiros - CUSTEIO

Projeto/Atividade	Custos financeiros em 2010	Custos financeiros – em 2011
Terceirização de Serviços de Infraestrutura de TI	105.000,00	420.000,00
Alta Disponibilidade – Link Nova Operadora	42.000,00	168.000,00
Serviço suporte para Fitoteca	18.000,00	36.000,00
Hospedagem de Servidores – Oi / Brasil Telecom Contrato (IDC)	223.000,00	280.000,00
Rede WAN MPLS (Comunicação de Dados) – Embratel	1.170.000,00	1.460.000,00
Infovia / Internet / Correio Eletrônico – Serpro	700.000,00	400.000,00
Contratação de serviço de consultoria sobre segurança	0,00	1.000.000,00
Contratação de serviço de suporte e atualização de filtro de conteúdo WEB	60.000,00	90.000,00
Contratação de serviço de suporte e atualização de IPS	80.000,00	80.000,00
Contratação de serviço de suporte e atualização de Firewall Aker	30.000,00	60.000,00
Projeto e execução da reorganização do cabeamento estruturado das salas de comunicação do Ed. Darcy Ribeiro	0,00	400.000,00
Serviços de suporte ao usuário – CTIS	1.400.000,00	1.400.000,00
Aquisição de dispositivos e acessórios de informática	50.000,00	50.000,00
Suporte Sistema Operacional – Linux e Windows	0,00	500.000,00
Proteção antivírus – SWTI	100.000,00	100.000,00
Acesso à Internet sem-fio – Minimodens	100.000,00	120.000,00
Suprimentos de TI – Cartuchos de impressão e toner	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL	5.078.000,00	7.564.000,00

4.3.2. Coordenação-Geral de Informação

Quadro resumo de projeto/atividade x custos financeiros – INVESTIMENTO

Projeto/Atividade	Custos Financeiros em 2010	Custos Financeiros em 2011
Aquisição de SQL Server	42.430,00	300.000,00
Aquisição de Dot.Net	21.920,00	155.000,00
Aquisição de softwares gráficos	29.700,00	210.000,00
Aquisição de softwares para modelagem de BD	5.950,00	42.000,00
Reformulação do Ativa	209.600,00	1.350.000,00
Reformulação do CGUPAD/infraestrutura	175.000,00	1.130.000,00
Reformulação do Portal da Transparência	20.900,00	135.000,00
Reformulação de sistemas departamentais	20.900,00	135.000,00
Reformulação da Intranet	37.100,00	240.000,00
Reformulação da Página da CGU na Internet/infraestrutura	83.600,00	540.000,00
Reformulação das Páginas de Transparência/infraestrutura	158.700,00	1.025.000,00

PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA – 2010/2011

Projeto/Atividade	Custos Financeiros em 2010	Custos Financeiros em 2011
Desenvolvimento de sistemas departamentais/infraestrutura	147.100,00	950.000,00
Desenvolvimento de sistemas corporativos/infraestrutura	147.100,00	950.000,00
Manutenção de desenvolvimento de sistemas Serpro	750.000,00	1.750.000,00
Totais	1.850.000,00	8.912.000,00

Quadro resumo de projeto/atividade x custos financeiros - CUSTEIO

Projeto/Atividade	Custos Financeiros em 2010	Custos Financeiros em 2011
Consultoria em Java	0	150.000,00
Produção do Ativa	1.550.000,00	2.471.877,00
Produção do CGUPAD	165.000,00	753.556,00
Produção das Páginas de Transparência	750.000,00	780.114,00
Produção de outros sistemas	350.000,00	452.271,00
Totais	2.815.000,00	4.607.818,00